

CESAR VINICIUS KOGUT

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA SOBRE O MEDO SOCIAL

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Estratégia de Doutorado em Segurança Pública.

Orientadora Metodológica: Profª Drª Helena de Fátima Nunes Silva.

Orientador de Pesquisa: Ten Cel PM Luiz Carlos Menezes Deliberador.

CURITIBA
2008

DEDICATÓRIA

Aos meus pais que souberam dedicar a atenção necessária para que eu tivesse bons exemplos de educação buscando na leitura a realização do bem comum.

A minha esposa e filha por entenderem a necessidade da realização de mais este curso, o qual tira o tempo precioso de nosso convívio. Eu as amo de coração.

AGRADECIMENTOS

Ao Comando, Oficiais, Praças e funcionários da Academia Policial militar do Guatupê, pela atenção que me dispensaram durante o Curso Superior de Polícia e dedicação a essa digna Casa de Ensino, mantendo-a sempre organizada e vibrante, referencial e motivo de orgulho para todos os integrantes da Polícia Militar do Paraná.

Aos queridos professores pelo conhecimento transmitido, pelo entusiasmo e pela abnegação a essa desafiadora profissão que desperta a consciência, constrói valores e abre caminhos para a evolução do homem.

A Professora Doutora Helena de Fátima Nunes Silva, minha orientadora metodológica, pela atenção dispensada e pelas informações úteis para a construção desta monografia.

Ao Tenente Coronel QOBM Dario Natan Bezerra, meu primeiro escolhido como orientador de conteúdo mas que, infelizmente, foi chamado ao convívio do Bom Deus.

Ao Tenente Coronel Luiz Carlos Menezes Deliberador por atender ao pedido e tão bem fazer o papel que seria destinado ao nosso amigo Natan.

A Deus que nunca nos abandona, que nos ilumina e protege , que nos leva e nos traz a todos os locais com segurança, espero sempre corresponder aos seus mandamentos.

KOGUT, Cesar Vinicius. A influência da mídia sobre o medo social. 42 f. Especialista em Estratégia de Doutorado em Segurança Pública. Universidade Federal do Paraná, 2008.

RESUMO

A Mídia ocupa papel importante dentro da estrutura Social, servindo como suporte da democracia e instrumento para a formação da opinião pública sobre determinados assuntos. Este trabalho mostra especificamente a influência que a mídia exerce sobre o medo social, que com ações sensacionalistas diminui a capacidade de reação social, sendo responsável por atingir pessoas causando transtornos psicológicos e emocionais. A Polícia Militar, como parte integrante da rede de proteção social, lhe cabe as ações de polícia preventiva e repressiva fardada, deve buscar compreender quais são os fatores que podem influenciar o medo social, identificando qual é o papel da mídia sobre este tipo de medo, determinado assim quais os comportamentos que o operador de segurança pública deve ter quando do trato com órgãos de imprensa, visando com isso minimizar as consequências negativas que possam ser divulgadas em matérias jornalísticas de cunho policial. Para atender aos objetivos da pesquisa, as informações introduzidas no bojo desta monografia foram obtidas através de pesquisa bibliográfica exploratória, tendo principalmente como fonte direta de pesquisa, o material publicado em livros. A bibliografia tanto nacional quanto estrangeira explora o medo social de modo recente, sendo atualmente pesquisado com profundidade tendo em vista seus reflexos sobre a sociedade global. Assim como resultado, temos posturas assentadas nesta monografia que possibilitam ao operador de segurança pública conduzir-se de forma a atuar também como ente de proteção social ante a influência da Mídia sobre o medo Social.

Palavras chave: Medo; Medo Social, Polícia Militar

KOGUT, Cesar Vinicius. The influence of media on the social fear. 42 f. Especialista em Estratégia de Doutorado em Segurança Pública. Universidade Federal do Paraná, 2008.

ABSTRACT

The Social Fear responsible for reaching people with psychiatric disorders and emotional is the subjugation of human persons or groups to various interests, checking subdued, dominating, and imposing the masses attitudes unwanted course. The social stress, insecurity, panic attacks, among others, leading the company to lose the quality of life, requiring more shares of social protection network, which was not prepared for excess appeals Community, provides a service Quality almost always questionable. As part of the social protection network, the Military Police, through its effective must seek to understand what are the main factors that can negatively influence on the Social Fear. As the media for sure one of the main components of influence on this type of fear, this work suggests that the behaviors that the operator of public safety should take when dealing with the organs of the press, seeking to minimize the negative consequences that disclosed in materials journalistic cachet of police. To meet the objectives of the study, the information entered in the midst of this monograph was obtained through literature search exploratory, taking mainly as a source of direct search, the material published in books. The literature both national and foreign explores the social fear so recent, currently being researched in depth with a view to its impact on the global society. Shares of fear on society would be few if it had not achieved, it struck today, structure and strength of the community, affecting it, shows how this work so clear as to serve as instrument and mechanism that leads to the company almost slavery of the media. As result, we have accents in this monograph postures that enable the operator of public security drive in a manner which also act as a protective social environment at the influence of media on the Social fear.

Key words: Fear, Fear Social, Military Police

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	Problema de Pesquisa	9
1.2	Justificativa.....	9
1.3	Objetivos	11
1.3.1	Objetivo Geral.....	11
1.3.2	Objetivos Específicos	11
2	CULTURA DO MEDO.....	12
2.1	Medo	13
2.1.1	Medo Social.....	15
2.2	A Mídia	18
2.2.1	A Mídia e os seus efeitos sobre o medo social.....	20
2.3	Atuações dos Operadores de Segurança na Redução do Medo Social.	26
3	METODOLOGIA	32
3.1	Características da Pesquisa	32
3.2	Coleta de Dados	32
3.3	Sistematização e Análise	33
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	34
4.1	Análise das reportagens sobre a influência da mídia no aumento ou controle do medo social.....	36
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS.....	41
	ANEXOS – REVISTAS INFLUENTES E SUAS REPORTAGENS SOBRE A VIOLÊNCIA	43

1 INTRODUÇÃO

A Mídia mostra-se muito bem estruturada quanto a capacidade de transmissão de informações tanto a nível local quanto global. A profissionalização da estrutura midiática, a qual se relaciona e depende muito para sua sobrevivência de ações de venda de espaços publicitários, fez com que a exploração de determinadas áreas de interesse busca-se o contínuo aprendizado em melhor atingir a população, e, tê-la sempre como assíduos espectadores.

Neste ponto, considerando que a imprensa policial também se especializa, buscando a cada vez mais atingir uma camada maior do público, e, também, que as pessoas alvo da mídia policial estão a mercê quase sempre de notícias desagradáveis e cruéis, é importante que se verifique o grau de influência que a mídia policial exerce sobre o comportamento social, a fim de que os órgãos que operam o sistema de segurança possam atuar sobre esta variável, objetivando assim, prestar melhor serviço à comunidade.

O esclarecimento desta questão é de interesse não apenas de Policiais Militares, mas também da Polícia Militar do Paraná, vez que no seu status de instituição permanente em prol da ordem pública, deve possuir informações necessárias à compreensão das diversas variáveis que podem de uma forma ou outra influir sobre os resultados operacionais pretendidos pela instituição.

A Mídia, atuando segundo bibliografia já pesquisada, como uma dos fatores que agem sobre o Medo Social, medo este que submete pessoas em grupo ou individualmente a interesses diversos, com o objetivo de controlar, subjugar, dominar, levando muitas vezes, coletividades inteiras a comportamentos naturalmente não desejados, deve com certeza ser foco de estudo sobre esta possível influência.

Sabendo-se que um dos fins do Estado é atuar dinamicamente para a redução do estresse e do medo social, o objetivo desse estudo é instrumentalizar o bom procedimento na confecção do Trabalho Científico necessário para a conclusão do Curso Superior de Polícia. Esse estudo ao

seu término apresenta medidas e/ou propostas de melhoria de relacionamento entre os operadores de segurança e a mídia.

1.1 Problema de Pesquisa

Um problema de pesquisa é definido a partir do ângulo de observação e da análise de uma situação determinada, orientada por um determinado enfoque teórico e metodológico,

Para aprofundar-se na proposta de pesquisa é necessário ao pesquisador, principalmente, formular uma questão que permite, do ângulo de observação escolhido, buscar uma resposta satisfatória ao problema formulado.

A Mídia, principalmente a policial, encontra apoio na quantidade infinita de possíveis medos e perigos que a sociedade tem a escolher, ao selecionar alguns desses perigos ou medos, pode a mídia influenciar com maior ou menor amplitude o medo social? Para verificar esta situação pode-se deparar com os seguintes questionamentos:

- a) A mídia exerce influência sobre o Medo Social?
- b) Como se constrói esta influência?
- c) Esta influência pode ser conduzida para beneficiar a população?

A partir destas interrogações, uma questão a ser respondida é de que forma a cobertura jornalística afeta o comportamento social, notadamente no aspecto do Medo Social.

1.2 Justificativa

Explorado das mais diversas maneiras, o medo serve para manipular, coagir, direcionar condutas, ou seja, explorar o ser humano de acordo com a vontade de quem tem o poder de gerá-lo. Dessa forma, a importância desse trabalho está no fato de identificar se a mídia exerce influência sobre o medo social, pois entre as diferentes instituições acusadas

por criar e sustentar o medo, o pânico, a imprensa indiscutivelmente ocupa papel de destaque.

Sabendo-se que o medo, como sentimento, tem como objetivo evitar perigos e servir como sinal de alerta a qualquer ação imprudente, esta pesquisa foca como alvo a mídia, que, por atingir o cotidiano de uma grande parcela da população, pode algumas vezes ditar formas de comportamento humano que até por vezes não seriam naturalmente desejados pela comunidade.

As reações ao medo podem, por colocarem seres humanos em condição de alerta, trazer conseqüências das mais diversas, algumas de reclusão e submissão e outras até de violência como resposta a estímulos externos.

Encontra-se na bibliografia pesquisada relatos de comportamentos individuais ou coletivos transformados pela mídia, observando-se que este assunto é foco de estudo em outros locais do planeta, isto porque, sendo o medo um comportamento humano natural pode ser manipulado pela mídia, que hoje possui a facilidade de estar em qualquer parte do globo em pouquíssimo tempo.

Considerando esses aspectos, a realização deste trabalho é de grande relevância, pois ao pesquisar-se com maior propriedade o tema e entendendo como a mídia se comporta, os operadores de segurança poderão agir de modo a conduzir seu comportamento, com vistas ao fornecimento de materiais básicos à mídia. Esses materiais referem-se principalmente à formulação de temas jornalísticos, com conteúdos direcionados a transmissão de dados reais, que venham a transformar o foco da matéria a ser publicada para gerar o mínimo de impacto sobre o Medo e o Stress Social.

Como uma das finalidades da Polícia Militar no cumprimento de sua missão institucional é atuar de forma a atenuar o Stress Social que é, sem sombra de dúvida influenciado pelo medo Social, a identificação das formas de atuação da mídia, que podem interferir sobre a comunidade. Logo, podem sugerir e apontar maneiras dos operadores de segurança tratar

informações de forma adequada, para que, ao serem difundidas pela mídia tragam consequências menos danosas ao seio da comunidade.

1.3 Objetivos

A mídia exerce influência sobre a opinião pública e sobre alguns sentimentos humanos. Sendo o medo e a segurança sentimentos que podem ser afetados pela mídia este trabalho visou pesquisar;

1.3.1 Objetivo Geral

Identificar se a mídia exerce influência sobre o medo social.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Conceituar o medo, a mídia e o policiamento;
- b) Definir os efeitos da mídia sobre o medo social;
- c) Estabelecer ações a serem desenvolvidas por operadores de segurança pública, no trato com a mídia, a fim de que se possa evitar que o medo social seja ampliado em determinada comunidade.

2 CULTURA DO MEDO

Os pavores disseminados entre os humanos surgem da tendência a tratar como causa do perigo não as distorções sociais mais inquietantes, mas as práticas isoladas perpetradas por indivíduos perturbados, especialmente em casos de grande comoção social.

A difusão do medo tem seu sucesso alicerçado não somente na forma de como é expresso, mas também da eficácia em exprimir ansiedades culturais profundamente enraizadas.

Teme-se cada vez mais o que se deveria temer cada vez menos. Embora em muitos locais a criminalidade apresente índices decrescentes, a cobertura jornalística desigual transmite a sensação de que a criminalidade esta aumentando.

Ignorar a ação da mídia sobre a cultura do medo não seria sensato. A imprensa com certeza esta entre as diversas instituições com culpa por criar e sustentar o pânico, o medo.

A mídia procura tornar, em alguns casos, a violência num item obrigatório na visão do mundo que nos é ofertado. A cultura da violência, fugindo de valores éticos e morais, procura incentivar a utilização da força no surgimento de uma nova hierarquia moral. Assim, pelo fato destas informações atingirem vastas concentrações humanas, o medo insere-se numa autêntica cultura, a cultura do medo. A cultura do medo, explorada com a manutenção ou aumento do medo social, usa também como base a cultura da violência, ou seja, a valorização da força sob a lei, a transmissão da idéia que a violência é comum, que leis perderam o valor e que as pessoas não contam com a antiga proteção do Estado. Deve o cidadão procurar se proteger, recorrer a meios como a contratação de guardas particulares, cercas elétricas, muros altos .

A sugestão transmitida pela mídia à sociedade que ela esta submetida a todos os riscos que outras pessoas enfrentam rotineiramente, faz com que a busca de novas notícias, buscando melhor proteger-se, dinamize e inflacione a difusão de noticiários sensacionalistas, mantendo

assim, neste processo de retro-alimentação o medo social sempre em níveis elevados

2.1 Medo

Os pavores disseminados entre os humanos surgem da tendência a tratar como causa do perigo não as distorções sociais mais inquietantes, mas as práticas isoladas perpetradas por indivíduos perturbados, especialmente em casos de crimes de grande comoção social.

A difusão do medo tem seu sucesso alicerçado não somente na forma de como é expresso, mas também da eficácia em exprimir ansiedades culturais profundamente enraizadas.

Teme-se cada vez mais o que se deveria temer cada vez menos. Embora em muitos locais a criminalidade apresente índices decrescentes, a cobertura jornalística desigual tem efeitos nos leitores e expectadores.

Ignorar a ação da mídia sobre a cultura do medo não seria sensato. Entre as diversas instituições com culpa por criar e sustentar o pânico, o medo. Com certeza a imprensa possui papel de destaque.

O medo é um sentimento humano, uma emoção, que visa instintivamente a proteção contra quaisquer formas de perigo que sejam apresentadas. Para enfrentar as ameaças externas de sofrimento e destruição, o indivíduo apresenta reação de medo.

Para Hall e Gardner (1993, p. 29), “Freud reconheceu na ansiedade real, o medo de perigos reais do meio externo”. Esse medo inicia no indivíduo desde criança, por meio da repressão, ou seja, o filho que reprimiu sentimentos de hostilidade em relação ao pai manifesta esses sentimentos contra outros símbolos de autoridade.

As repressões são difíceis de desfazer, uma vez que foram formadas. A pessoa procura assegurar-se de que o perigo não existe mais, o que só consegue quando a repressão é suspensa e a realidade pode ser

encarada, razão pela qual, o adulto conserva medos infantis, procurando descobrir que se esses têm ou não têm base na realidade.

A pessoa pode aliviar seu medo, se a origem dele puder ser atribuída mais ao meio externo do que aos impulsos primitivos do indivíduo ou às ameaças da sua consciência. Chama-se projeção o mecanismo em que a ansiedade neurótica ou moral é convertida em medo objetivo. A fonte, tanto da ansiedade moral como da neurótica, é o medo da punição de um agente externo. A projeção serve a um duplo propósito: reduz o medo pela substituição de um perigo maior por outro menor e habilita a pessoa a externar seus impulsos sob o disfarce de defender-se contra seus inimigos (HALL; GARDNER, 1993).

Explorado das mais diversas maneiras, o medo serve para manipular, coagir, direcionar condutas, ou seja, explorar o ser humano de acordo com a vontade de quem tem o poder de gerá-lo.

Como exemplo, considera-se o descrito por Foucault (2001): as cerimônias de suplícios dos condenados deviam ser conhecidas, pois de nada adiantava seu segredo; era importante e necessário que o espetáculo transmitisse terror, assim os assistentes serviriam de testemunhas e garantia de punição, sentindo-se necessariamente influenciadas pelo medo.

Clinicamente, o medo é explicado como:

[...] Uma reação em cadeia no cérebro que tem início com um estímulo de estresse e termina com a liberação de compostos químicos que causam aumento da frequência cardíaca, aceleração na respiração e energização dos músculos. O cérebro é um órgão extremamente complexo. Mais de 100 bilhões de células nervosas compõem uma intrincada rede de comunicações que é o ponto de partida para tudo o que ser humano pensa ou faz. Algumas dessas comunicações levam ao pensamento e à ação consciente, ao passo que outras produzem respostas autônomas. Deve-se destacar que a resposta ao medo é quase inteiramente autônoma, não consciente. Como as células do cérebro estão constantemente transferindo informações e iniciando respostas, são inúmeras as áreas do cérebro envolvidas no sentimento de medo. (CABALLO, 1996, p.723).

Por ser um sinal de advertência, um sinal de perigo, o medo apresenta-se de diversas formas, principalmente através da ansiedade. Para

enfrentar as ameaças externas de sofrimento e destruição, o indivíduo apresenta reação de medo, uma vez que a pessoa ameaçada geralmente é medrosa. Com o excesso de estímulos que não pode controlar, o indivíduo sente-se tomado de ansiedade.

Hall e Gardner (1993, p. 29) ressaltam que Freud reconhece três tipos de ansiedade:

- a) Ansiedade Real: Medo de perigos reais do meio externo.
- b) Ansiedade Neurótica: Medo de que os instintos fujam ao controle, levando a pessoa a fazer algo de que será punida.
- c) Ansiedade Moral: Medo da consciência.

A função do medo é advertir a pessoa do perigo iminente; é um sinal para que medidas acauteladoras sejam adotadas, manifestando-se muitas vezes, individualmente, estimulado por um perigo esperado ou repentino, mas também pode manifestar-se coletivamente, sendo estruturado, através de reações comunitárias, a determinado estímulo.

2.1.1 Medo Social

O medo social decorre de diversas situações como: um estado doloroso, um acidente traumático, uma violência sofrida ou mesmo uma dificuldade da pessoa se integrar socialmente. Portanto, o medo social não é criado pela pessoa, mas o resultado de uma intencionalidade, ocorrida em determinada circunstância, caracterizando-se por uma maior ou menor intensidade.

A qualidade de uma cobertura jornalística, por exemplo, sobre determinado tema não é responsabilidade só dos profissionais de imprensa. Agindo muitas vezes como arma de dominação, a mídia pode exercer influência sobre o medo social, pois entre as diferentes instituições acusadas por criar e sustentar o medo ocupa indiscutivelmente um dos primeiros lugares.

Baierl (2004, p.48), em seu livro “Medo Social” diz:

O medo social é um medo construído socialmente, com o fim último de submeter pessoas e coletividades inteiras a interesses próprios e de grupos, e tem sua gênese na própria dinâmica da sociedade. Medo produzido e constituído em determinados contextos sociais e individuais, por determinados grupos ou pessoas, com vistas a atingir determinados grupos ou pessoas, com vistas a atingir determinados objetivos de subjugar, dominar e controlar o outro, e grupos através da intimidação e coerção. Esse medo leva determinadas coletividades territorializadas em determinados espaços a temer tal ameaça advinda desses grupos.

O medo, como sentimento, tem como objetivo evitar perigos e servir como sinal de alerta a qualquer ação imprudente, e como os perigos atingem cotidianamente um grande e variado público, pode, algumas vezes, ditar formas de comportamento humano, muitas vezes não desejado.

As reações ao medo podem, por colocarem pessoas em estado de alerta, trazer conseqüências das mais diversas, algumas de conclusão e submissão até outras voltadas à violência, como respostas a estímulos externos.

Ao buscar na literatura pesquisada, relato de comportamentos individuais ou coletivos, transformados pela mídia, é possível observar que o objeto da pesquisa tem sido matéria de estudo em várias partes do planeta. Até porque o medo, por ser comportamento natural humano, sofre as conseqüências da evolução da mídia, tendo em vista a facilidade com que se transmitem informações em nível local e global.

Embora este trabalho seja direcionado para as reações coletivas de medo, Baierl (2004) traz em sua obra uma citação de conceito do que seja o medo individual.

[...] O medo (individual) é uma emoção de choque, freqüentemente precedida de surpresa, provocada pela tomada de consciência de um perigo presente e urgente que ameaça, cremos nós, nossa conservação. Colocado em estado de alerta, o hipotálamo reage por uma mobilização global do organismo que desencadeia diversos tipos de comportamentos somáticos e provoca, sobretudo, modificações endócrinas... (DELUMENAU apud BAIERL, 2004, p. 40).

Sentido individual ou coletivamente, o medo é fenômeno de paralisação do censo normal da vida, altera relações de formas e espaços, traz à tona uma imagem duvidosa, reflete insegurança, tristeza e dá noção de fragilidade.

Para Caballo (1996, p. 726), o processo do medo começa com um estímulo assustador e termina com a reação de luta ou fuga. Mas há pelo menos dois caminhos entre o início e o final da reação de medo: “o caminho baixo que é rápido e desordenado, e o caminho alto leva mais tempo e entrega uma interpretação mais precisa dos eventos. Ambos os processos acontecem simultaneamente”.

Outro aspecto a se considerar no comportamento social em relação a o medo social são as diferenças entre ritos religiosos a que pertencem determinadas pessoas ou grupos, pois para o religioso há uma relação emocional e intelectual entre determinados valores sociais que mantém e a estrutura que este considera inerente à realidade, ditando então comportamentos entre o modo de como se deve viver e de como as coisas são realmente.

Com isso verifica-se que nos extratos sociais de ritos religiosos diferentes o medo social se constrói de modo também diferente.

Teixeira (2003, p.48) comenta em seu livro “Sociologia da Religião” sobre a visão do real pelo aspecto da religião.

[...] Assim, na religião e pela religião, o real social, ultrapassando o “real”, pode existir, no seu nível específico de ser. A religião, com o mundo sagrado que ela cria e administra, é sinal (símbolo, emblema), e sinal eficaz do próprio laço social...

A religião é capaz de formar hábitos e ações para aceitar ou confrontar determinados estilos de vida, ou criar novos. Alguns ritos religiosos impedem que seus seguidores tenham acesso à televisão ou rádio, portanto, a visão do contexto social para essas pessoas passam a ser diferentes de outras, pois recebem menos impactos de conteúdos preparados profissionalmente pela mídia.

As religiões cristãs de rito protestante por exemplo, são menos ritualistas, menos mágicas e mais intelectualizadas que as cristãs católicas, não vendo seu cotidiano como resultado de algo divino, mas de algo resultante de seu trabalho, que é dedicado a Deus, neste foco, as diferenças mesmo que sutis também geram diferenças quanto a percepção das influências a que estes grupos estão submetidos.

Portanto, uma das missões fundamentais do Estado é a de produzir ações necessárias para a redução do medo, minimizar o problema para oferecer melhores condições de vida à população.

Corroborando essa idéia, segundo Baierl (2004), o papel do Estado seria não de subjugar pelo medo, mas de libertar os indivíduos desse sentimento, para que vivam em segurança.

No entanto, Hobbes (2000, p.100) considera que “a partir do momento que o Estado não proporciona segurança aos seus membros, estes se encontram desligados de qualquer obrigação para com a autoridade”.

Dessa forma, a indústria do medo, tão inexorável atualmente, pode servir para alimentar governos absolutistas, culminando num retrocesso onde o poder estatal não reconhece limites para o próprio poder.

2.2 A Mídia

O surgimento do jornalismo é fato relativamente moderno, mas a história registra a existência de publicações a milênios, normalmente criadas e divulgadas por governos.

Na Roma do primeiro século depois de cristo já se produziam matérias sobre notícias militares, obituários, crônicas esportivas, que se afixavam em espaços públicos.

Após o aperfeiçoamento da técnica de reprodução por prensa móvel desenvolvida por Guttemberg a imprensa tomou novos rumos, e no decorrer do tempo se aperfeiçoou, aproveitando não só o que podia ser escrito em folhas de papel, mas também o que podia ser televisionado, rádio transmitido ou mais recentemente difundido pelos meios da internet .

De uma visão ética, centrada na discussão de assuntos políticos, econômicos e ideológicos a imprensa, mídia, começou a crescer como qualquer empresa, tendo parques gráficos e de geração de sons e imagens que demandam grandes recursos para sua manutenção. A vida destas estruturas midiáticas são financiadas das mais diversas formas, sendo fundadas basicamente em patrocinadores, que investem na mídia de acordo com o público alvo que estas atingem.

Neste jogo de interesses, mídia-patrocinadores-público, a mídia se especializa, atinge os mais diversos tipos de público, mantendo-os de maneira eficaz atrelados aos seus programas.

Assim o homem tentou aperfeiçoar a sua capacidade de comunicação e com o avançar do tempo. Essa comunicação hoje empregada é constituída pelos meios de emissão e recepção de mensagens, veículos que o ser humano entra em contato e convive com os seus semelhantes. E como a palavra é o mais importante instrumento de comunicação é por meio das mensagens que o homem começou a transmitir informações, alcançando locais e populações distantes.

No entanto, foram as ferramentas da tecnologia de informação que propiciaram o desafio das distâncias, alcançando a massa populacional ou mídia.

[...] A mídia é o conjunto de instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana. O termo mídia procede do latim *media*, significando aquele que está a meio. No Brasil, usa-se mais comumente o termo mídia, provindo da pronúncia inglesa... (CALAZANS, 1998, p. 146).

Quando se fala em mídia, a idéia é para os meios de comunicação, emissoras de rádio e de televisão, jornais e de revistas, cinema e internet e outras instituições que utilizam recursos tecnológicos na chamada comunicação de massa.

Briggs e Burk (2004, p.13) destacam que “[...] foi a partir da década de 1920, que as pessoas começaram a falar em mídia, que passou a ser empregada para designar os meios que sustentam a comunicação”.

No entanto foi Régis Debray quem mais difundiu o conceito de mídia e criou na França a disciplina de Midiologia.

[...] A mídia é qualquer suporte de difusão maciça de informação. A midiologia trata das funções superiores como: religião, arte, ideologia e política, em suas relações com estruturas técnicas de transmissão. (DEBRAY, 1995, p. 21).

Uma vez que a comunicação humana é a responsável por todos os progressos ocorridos, o homem é o componente fundamental da mídia, sem ele não haveria probabilidade de informações.

2.2.1 A Mídia e os seus efeitos sobre o medo social

O medo, produzido e construído a partir da forma como a violência vem se manifestando na sociedade, cria novas alternativas de sociabilidade, alterando o modo de ser e de agir das pessoas, dos grupos, das comunidades e movimentos populares em seu cotidiano.

Alvo de críticas constantes pelo sensacionalismo e exploração das misérias humanas, a mídia se destaca, algumas vezes, como instrumento de combate à criminalidade. No entanto, a difusão de notícias inescrupulosas, somadas à facilidade existente atualmente na cobertura jornalística, tenta dar sustentação à idéia de que o mundo está pior hoje do que no passado.

Ocorre o efeito cultivação, segundo o qual as pessoas são formadas a partir do bombardeio informativo detonado pelos meios de comunicação, conduzindo a um efeito somatório, isto é, uma exposição excessiva à violência poderia desenvolver medo e uma espécie de complexo de vítima. A consequência inevitável seria a construção (cultivação) de um clima de medo e de insegurança generalizados, razão pela qual muitos indivíduos acabam, lamentavelmente, defendendo políticas duras de repressão e de opressão. (GROEBEL, 1999, p.220).

No entanto, uma observação simples sobre o momento atual pode claramente mostrar que as pessoas se encontram em situação confortável quando acessados vários indicadores. Como exemplo, a expectativa de vida, onde a cada ano se atinge uma longevidade maior, causando até problemas previdenciários devido a isso, o acesso a educação,

com escolas sendo construídas e cada vez mais alunos sendo a elas conduzidos. Sendo assim, não se deve considerar que a situação está pior, como alguns sensacionalistas e pessimistas pregam, mas que mesmo longe do ideal, hoje é possível viver melhor do que ontem.

A mídia, além de servir como suporte da democracia e ser também responsável pelo amplo conhecimento daquilo que acontece em nível global, tem importante missão quanto à melhoria da qualidade da vida humana. Logo, informações sobre saúde, habilitação, política e tantas outras sevem para nos colocar dentro do contexto comunitário.

Estar presente na mídia nos dias atuais representa poder, riqueza e fama e esses meios acabam por interferir de maneira muito mais negativa que positiva no desenvolvimento social de uma pessoa.

Segundo Marthi (2004), além de divulgar notícias sobre informações gerais, a mídia tem ainda, o papel protestativo, alertando a opinião, a fim de que grandes afastamentos de normas não sejam cobertos pelas práticas complacentes ou omissas das instâncias oficiais.

Piedade Junior (1993, p. 106) afirma que “qualquer grupamento humano, por viver em estado de natural liberdade, terá de suportar uma taxa de criminalidade e conseqüentemente de vitimização”.

As cidades brasileiras, nesse sentido, caracterizadas pelo desequilíbrio social, constituem focos para a criminalidade. Atraídos pela mídia, há um predomínio de jovens entre criminosos que é explicado pelo desejo maior de consumo, mas com uma renda inferior, tomando para si, maiores riscos nas atitudes e praticando atividades lícitas ou ilícitas, para conseguir o que não conseguem obter sem o dinheiro. Nessas circunstâncias, o que se observa é o elevado grau de mortalidade de jovens nos grandes centros.

No entanto, pode-se considerar, não somente nas cidades, mas nas áreas rurais há grande alcance da mídia, onde se propagam notícias e focos de criminalidade em que são praticados crimes hediondos contra o homem do campo e sua família.

[...] No Brasil, quando comparamos as taxas de homicídio entre Estados e municípios, a dimensão de maior impacto é o grau de urbanização. Estados e cidades com maior população rural revelam taxas de homicídios muito inferiores aos Estados e municípios urbanos. A urbanização acelerada e desordenada do Brasil a partir de 1950 conformou grandes periferias metropolitanas, com equipamentos urbanos insuficientes, que atraíram uma migração jovem de baixa renda e com sérios problemas de inserção social. (CANO, 2002, p. 14)

É obvio, no entanto, que estas taxas criminais devem ser de conhecimento público e possuir ou estar dentro de um limite aceitável. E quais são os limites aceitáveis? Ora, se não existe ainda em grande parte do país uma democrática troca de informações entre os órgãos de segurança e a população, difícil então é de se falar o que é aceitável em termos de taxas de criminalidade.

[...] Como se torna parte inerente à sociedade, a criminalidade dentro de certos parâmetros vem sendo considerada um processo habitual dentro dela. Porém quando se desvia dos padrões do comportamento da maioria dos homens, mesmo sendo comum na sociedade até determinados limites, o crime significa uma anormalidade quando comparado com os demais comportamentos humano. (MARTINS, 1999, p.13).

Neste contexto, a mídia ocupa um papel de interlocutora e até direcionadora de quais sejam os limites criminais suportáveis, mas isso nem sempre ocorre buscando a diminuição do medo social; pelo contrário, conforme explica Oliveira (2005, p. 19), “quanto mais ‘apelativa’ a matéria veiculada, maiores têm sido as chances de que isto se reverta em incremento de audiência e do patrocínio”.

Certo, porém, é afirmar que a sobrevivência dos órgãos de imprensa e demais empresas ligadas à prestação de informações depende como quaisquer outras atividades de suporte financeiro. É possível pensar que, se não buscar lucro, procurar-se-á, no mínimo, a manutenção equilibrada das contas do órgão ou empresa.

Andando para o foco policial, rotineiramente a mídia traz notícias desagradáveis, até porque, segundo Nixon (apud GLASSNER, 2003, p. 39), “[...] as pessoas reagem ao medo, não ao amor. Eles não ensinam isso na catequese, mas é a realidade.”.

É fácil observar no Brasil, a existência de diversos tipos de mídia especializada ou se especializando no gênero policial, o qual cresce devidamente ancorado pelo sensacionalismo.

Pesquisas mostram que não existe relação causal entre o sentimento de medo e a criminalidade, seja ela de maior ou menor intensidade.

Trabalhos estatísticos conduzidos em vários países comprovaram que os grupos sociais mais suscetíveis de sentir medo da criminalidade não constituem as mais freqüentes vítimas de delitos. A intensidade do medo não depende do real aumento da criminalidade, e sim da imagem que a mídia e o governo difundem sobre a criminalidade e também da situação psicológica e social das pessoas. (SABADELL, 2003, p.14).

A mídia policial encontra apoio na quantidade infinita de possíveis medos e perigos que a sociedade tem a escolher. Ao selecionar alguns desses perigos ou medos, torna-se fácil influenciar com maior ou menor amplitude o medo social.

Glasner (2003) comenta sobre a influência da mídia sobre a comunidade, citando um estudo elaborado por George Graber (reitor da Faculdade de Comunicação de Snnembrg, Universidade Pensilvânia, EUA), onde verificou-se com propriedade, que as pessoas que assistem rotineiramente a programas de televisão possuem uma tendência maior do que as outras em acreditar que a comunidade ou bairro onde vivem é insegura, procurando meios adicionais de segurança, como fechaduras e cadeados e também ficam mais suscetíveis a aceitarem ações policiais de repressão, como ainda apenamentos criminais mais severos.

[...] A realidade é que o poder das comunicações vem tomando espaço na casa das pessoas, criando ídolos ou derrubando mitos; inocentando patrocinadores ou denegrindo desafetos. A imprensa, para conquistar audiência, toma partido do pobre e personifica a própria Justiça, diante de um governo impotente contra a violência e acostumado a resolver tudo através das penas privativas de liberdade. (GROEBEL, 1999, p.237).

Se o reflexo da televisão aumenta a necessidade pessoal ou familiar em melhor se proteger, reforçando a sua estrutura habitacional,

amparando ou aceitando passivamente, algumas vezes, a abusos policiais, causa, ainda, outros males, por contribuir com o aumento do medo social.

Verifica-se que, segundo Muzzkat (2003, p. 131), “[...] o medo da violência foi o principal fator que contribuiu diretamente com a evasão escolar.”

Nesse sentido, Freitas (1999) afirma que a evasão escolar atinge cifras que muitas vezes assustam o próprio governo e torna-se evidente que um dos fatores é a violência, ocorrida dentro das próprias entidades de ensino. Afirma ainda que as desigualdades de oportunidades educacionais também estão associadas à violência e ao medo que cercam as escolas e culpam o ambiente carente pelo mau desempenho, reprovação e a evasão do jovem na escola.

Se as taxas de criminalidade, como dito anteriormente, devem ser suportadas pela comunidade, e elas podem ser controladas com maior ou menor eficácia pelos operadores de segurança pública, agindo sobre este controle, algumas variáveis, tais como: efetivo policial, estrutura material, tamanho da comunidade, estrutura escolar e de empregos e outras, porque então as pessoas algumas vezes têm medo social?

Na mídia, pode-se encontrar uma das possíveis respostas a esta questão:

[...] Os telejornais sobrevivem com base em manchetes alarmistas. Nos noticiários locais, onde os produtores vivem à custa da máxima ‘se tem sangue, não tem pra ninguém’, histórias sobre drogas, crimes e desastres constituem a maioria das notícias levadas ao ar. Os noticiários vespertinos das principais redes de TV são um pouco menos sangrentos, mas, entre 1990 e 1998, quando o índice de homicídios do país caiu 20%, o número de histórias sobre assassinatos nas redes aumentou 600% (sem contar matérias sobre O.J. Simpson). (GLASSNER, 2003, p. 31)

Mas a atuação da mídia, neste sentido, é contraditória. Se, por um lado, ajuda a encontrar e punir criminosos, por outro, expõe as técnicas e estratégias usadas na consumação dos crimes, ensinando, de certa forma, como se faz. O sensacionalismo exacerbado pode inspirar mentes potencialmente criminosas. Da mesma forma, os programas violentos,

gerando medo à população, a despeito da catarse que provocam são matérias de reprovação em todo o mundo.

Nesse aspecto Cury (2002, p. 18) descreve que “[...] a banalização do crime e da violência no país apresenta alguns indicadores como a frustração com a atuação da polícia e a descrença na justiça”.

Da mesma forma, a comunicação banaliza a violência, anestesiando atitudes de reação por parte da sociedade. Paralelamente à busca de mais audiência, a mídia vai se firmando no papel de representante do povo mais humilde, que já não acredita numa justiça burocrática, morosa, ineficiente e desencontrada.

Esta postura de descaso dá margem ao aparecimento de concorrentes para proteger o cidadão no lugar do Estado, criando um verdadeiro caos na sociedade. A mídia é um desses concorrentes, questionando se ela não exerceria, na vida da população, mais influência que as polícias e o Judiciário juntos.

Na pretensão da mídia de se igualar à justiça, deve-se considerar, antes de tudo, a justiça preza a ética; o jornalismo, não. Suspeito, para a mídia, já é culpado, sem julgamento, sem contraditório. O suspeito exposto na mídia, mesmo depois de comprovada sua inocência, fica estigmatizado para sempre diante da sociedade que o massacrará.

Paralelamente à busca de mais audiência, a mídia vai se firmando no papel de representante do povo mais humilde, que já não acredita numa justiça burocrática, morosa, ineficiente e desencontrada.

A regulamentação de horários para a projeção de filmes e programas de violência, pela televisão, ainda é alternativa, embora os jovens tenham hoje o acesso livre à Internet, que também não deixa de ser uma via para o crime, ainda é pela televisão que a violência mais se propaga. As cenas brutais podem incitar àquele que ainda não tem maturidade, influenciando-o a cometer um crime simplesmente para imitar o que viu na televisão. Por isso, é necessário cobrar mais responsabilidade da mídia.

2.3 Atuações dos Operadores de Segurança na Redução do Medo Social.

A incompreensão da população em relação ao papel da polícia, ou mesmo seu comportamento receoso constitui um fato que resulta não apenas de tensões dos eventos que vem ocorrendo atualmente, mas de toda uma conjuntura social.

Neves (2001) ensina que a palavra polícia deriva do termo grego *Polis*, usado para descrever a constituição e organização da autoridade coletiva. Tem a mesma origem etimológica da palavra política, relativa ao exercício dessa autoridade coletiva. Assim, a idéia de polícia está intimamente ligada à noção de política. Não há como dissociá-las. A atividade de polícia é, portanto, política, uma vez que diz respeito à forma como a autoridade coletiva exerce seu poder.

Partindo da suposição de que, a atual forma das organizações destinadas a exercer a atividade policial é resultado de uma tentativa de tornar o controle social mais racional, a preocupação de alguns autores envolve a natureza da função das instituições policiais.

Santos (2001) compreende as instituições policiais como aquelas que têm por função regular as relações interpessoais por meio da aplicação de sanções coercitivas. Entretanto, existem inúmeras outras funções desempenhadas por essas organizações, tais como: socorro, assistência às populações carentes e apoio às atividades comunitárias. Nenhuma destas está ligada à função reguladora.

A definição funcionalista também falha ao atribuir às polícias a função de regulação social, desconsiderando que nos Estados modernos tal função é desempenhada por diversas outras instituições e, em grande medida, pelo sistema legal.

Segundo Neves (2001), as organizações policiais no Brasil ao longo de 160 anos estavam voltadas para a proteção do Estado contra a sociedade. O Estado passou a exercer a sua governabilidade política por meio de dois dispositivos: a razão de Estado e a razão de polícia.

[...] A razão de Estado refere-se aos interesses vitais de ordem estabelecida, ou seja, à perpetuação do próprio Estado, à sua

capacidade de auto-imposição diante de outros Estados e de regulação de sua realidade social interna, em termos materiais e simbólicos. (WEBER, 2002, p. 79).

Em relação às teorias que tratam da razão de polícia compreende-se que o poder do Estado, lhe atribuía a totalidade das intervenções estatais, controlando e dirigindo a população.

[...] A justiça, as finanças e o exército; a polícia englobava tudo, o objeto específico da polícia consistia na sociedade e os homens enquanto que seres sociais, indivíduos plenos de todas suas relações sociais. A teoria da polícia especificava a natureza dos objetos, os domínios de competência, os objetivos, os instrumentos da atividade racional dos organismos estatais. (SANTOS, 2001, p. 157).

Se existem práticas violentas da polícia, elas são interpretadas de modo impreciso pela população. Assim, se, por um lado, essa população solicita, autoriza e legitima tais modos de ação, freqüentemente para a solução de seus problemas pessoais, por outro lado, é capaz de se indignar e denunciá-las, quando delas se torna vítima. O mérito policial significava defender o Estado contra o cidadão.

O distanciamento da polícia e sociedade é uma concepção que vigorou por um bom tempo. Somente a partir de 1990, as instituições policiais procuraram estabelecer um novo paradigma, buscando a sua identidade na proteção do cidadão, garantindo a este a sua liberdade e seus direitos. A polícia resgata então, a sua função, procurando se reestruturar, tentando romper com as práticas abusivas para com a sociedade.

Mas, o que leva um cidadão a ingressar nas Instituições Policiais?

[...] Entre os fatores que estimulam o ingresso na instituição policial civil estão: a atração pela imagem do policial divulgada pela mídia, principalmente filmes; necessidade de sobrevivência; carga horária considerada baixa; histórico familiar que inclui a existência de parentes policiais; carreira militar antecedente; vocação. (DEJOURS, 2001, p.28).

Entretanto o ingresso na carreira não livra o policial dos estigmas. Considerando a idéia de que policial bom é policial violento,

constantemente ratificada pela própria sociedade, na verdade, o policial violento, embora aceito, transmite medo à sociedade.

A importância dessa realidade para o desenvolvimento das percepções dos policiais, no sentido de solucionar os problemas de segurança pública e para uma compreensão melhor da relação polícia/sociedade é apontada como:

[...] O policial vê no *know-how* a pedra de toque para a solução de tais problemas, mantendo uma situação de exclusão social baseada em estereótipos sobre criminosos e bons cidadãos e, em decorrência, maior seletividade em suas ações e individualização na tomada de decisões. (MENANDRO; SOUZA, 1996, p. 7)

Logo, o policial convive com a marginalidade da sociedade e tem ordens internas rígidas que na prática são impossíveis de serem cumpridas, exercendo suas atividades em condições de risco, ao mesmo tempo em que, deve respeitar suas formas de adaptação carregadas de medo e insegurança. Ao reconhecer que a polícia desempenha papel central no controle da sociedade, também se reconhece que esse controle é realizado pela simples existência de leis, e que tais leis serão acatadas pelo medo de alguma sanção estatal.

Michaud (1999) destaca que o acatamento da autoridade almejado pelo Estado e seus agentes diz respeito ao grau de legitimidade de que esta autoridade política desfruta junto à sociedade.

Assim, quanto mais legítima for percebida a forma como as polícias realizam suas tarefas, mais fácil será a aceitação da sua autoridade e, portanto, menor a necessidade de recurso à violência. Quanto mais central for esse papel, maior a possibilidade de conflito entre a lei e a ordem. Isso se deve ao fato de que o instrumento de atuação tradicional das polícias, e seu traço diferenciador é o uso da força.

Por outro lado, se o papel das polícias no controle social não for central, ou se o instrumento de atuação das polícias não for fundamentalmente o uso da força, esse conflito perde intensidade. Existe uma tendência a diferenciar força e violência com base na legalidade.

[...] São considerados atos de violência policial, o uso da força sem a devida autorização legal. Os exemplos mais típicos de violência policial, de acordo com esse tipo de interpretação, seriam os atos de violência cometidos por policiais fora de serviço, ou a violência utilizada para ações proibidas pela lei, como extorsão e tortura. Entretanto, ao enfatizar os aspectos legais da questão, deixa-se de considerar as situações em que, embora legal, a força é utilizada de forma desnecessária ou excessiva. (MESQUITA NETO, 1999, p.130).

O apoio que uma parte da comunidade confere às ações extrajudiciais da polícia constitui um questionamento ao estado de direito muito superior ao representado pela ação extrajudicial propriamente dita.

A polícia pode exceder-se ou atuar fora das atribuições que a lei lhe outorga, mas isso não representaria um risco tão grande para a democracia e a legitimidade se não tivesse o apoio dos cidadãos.

[...] As pessoas, por medo de serem novas vítimas da própria violência, solicitam-na como eficaz arma contra os criminosos. Acrescentamos a essas observações o fato de a polícia brasileira, desde a sua formação, ter um caráter de combate aos criminosos, em geral os originários das classes baixas, para proteção das elites políticas e econômicas. (BRETAS, 1997, p.90).

Um aspecto importante relacionado ao sentimento que a polícia transmite à população é o medo, devido ao fato de que uma pequena parte da polícia pratica atos que amedrontam a sociedade.

Nesse sentido Toigo e Felix (2004, p.9) argumentam que: “[...] quando um indivíduo é abordado por um policial, via de regra, se coloca em posição de alerta”. Essa reação da população se justifica como um reflexo do regime militar, fase em que a prática policial era repressora, diante da decretação do AI-5.

O clima de militância política dos anos 60 implicou em uma polícia violenta, de forma que as pessoas deveriam obedecer e se submeter às regras estabelecidas pelo regime em vigor. Dessa geração, os que se entregaram à militância política não foram certamente os mais felizes. Diante desse marcante período, a sociedade ainda não conseguiu se libertar das perseguições daquela época, trazendo o medo da polícia como herança.

Em razão disto há um distanciamento da polícia e da sociedade, pois se a prática fosse diferente, a própria comunidade poderia participar junto às instituições das atividades de combate à violência e aos crimes.

É preciso que a população aceite a polícia, desenvolvendo estruturas para uma relação favorável. Nos países do primeiro mundo as ações policiais são sustentadas pela credibilidade que a sociedade transmite à polícia, se conscientizando de que a existência da instituição policial é justamente em favor da segurança e do bem da população. A segurança pública é um determinante estável para boa organização da sociedade e como tal deve ser respeitada, sendo que a atuação da polícia deve sempre apresentar como paradigma um ambiente pacífico e de preocupação com o bem estar social

O policial militar, ao atuar, seja no serviço operacional ou administrativo, regularmente se defronta com situações ou ocorrências que são alvo da exploração da mídia. Considerando que algumas dessas situações são exploradas de modo sensacionalista, deve, então, o policial militar estar preparado para que suas atitudes naquele momento sejam adotadas para minimizar os reflexos negativos sobre a sensação de segurança ou de medo da comunidade atingida pelo fato, ou fatos acontecidos. Algumas ações podem agir positivamente contribuindo para a redução do estresse social determinado pelo medo da violência.

Procurando capacitar-se como profissional, visando sempre transmitir sensação de tranquilidade à comunidade de onde opera, o policial militar, além do conhecimento profissional que lhe é peculiar, há de buscar conhecer e compreender o cotidiano dos veículos de comunicação de massa e, também, ter a compreensão de temas ligados à violência em evidência na comunidade e na mídia, para que saiba direcionar melhor suas ações no momento em que for preciso dar uma entrevista, isolar um local de crime, conduzir algo ou alguém sobre mira da mídia e outras atitudes que achar necessárias no momento. É importante também que operador de segurança pública tenha condições de ter uma visão de conjunto da evolução e do

momento criminal de sua área de atuação, para assim dinamizar seu raciocínio quando estiver repassando informações à mídia.

Tratando-se de dados ou acontecimentos criminais em evidência de modo isolado em relação aos demais dados ou ocorrências conhecidas, as ações desenvolvidas no momento do contato policial militar e população devem visar atitudes positivas que apresentem quais possíveis medidas de prevenção serão tomadas para que tais fatos não se repitam, diminuindo-se, desta forma, a pressão da mídia sobre a sociedade.

Existem normas na Polícia Militar quanto à possibilidade ou não de concessão de entrevistas do policial, as quais sendo observadas, notadamente asseguram um bom direcionamento na relação polícia/imprensa. No entanto, mesmo nos momentos onde há a necessidade real da prestação de informações à mídia, deve o policial somente prestá-las quando sentir-se seguro e preparado para tal.

O policiamento comunitário também tem obtido sucesso no combate ao crime, mas exige descentralização, abertura da organização policial, participação ativa e valores mais humanitários aos policiais. A idéia é seguir o princípio da intervenção mínima: os pequenos delitos e desentendimentos seriam resolvidos por policiais locais, em conjunto com a comunidade.

Política Criminal, na visão de Batista (2002, p. 34) é o conjunto de “princípios e recomendações para a reforma ou transformação da legislação criminal e dos órgãos encarregados de sua aplicação”. A política de segurança pública enfatiza a instituição policial, enquanto a política judiciária direciona-se à instituição judicial e, finalmente, a política penitenciária refere-se à instituição prisional. Todas integram a política criminal.

O que se observa é que as polícias devem sofrer uma reforma orgânica e funcional. Uma reforma processual que simplifique o inquérito policial e até o suprima em certos casos, também seria uma outra medida para melhorar a integração da polícia com o Ministério Público.

3 METODOLOGIA

Nesta etapa, é indicada a caracterização da pesquisa, tipo de amostra, o seu contexto em relação à bibliografia que trata do tema pesquisado, os procedimentos metodológicos para alcançar os objetivos propostos e o cronograma de atividades inerentes ao projeto.

3.1 Características da Pesquisa

Para responder ao problema exposto, fez-se necessário traçar o processo (metodologia) que permitisse encontrar a resposta desejada. Isso, porém, não levou a pesquisa para o campo puramente teórico. A pesquisa busca na literatura o essencial, fundamentando-se na revisão da literatura pesquisada.

Baseando-se em informações analisadas a partir da literatura encontrada, a pesquisa é caracterizada como descritiva quanto à finalidade, bibliográfica exploratória no que tange ao procedimento técnico, procurando no processo de coleta de dados, a pesquisa de vários autores que tratam da influência que a mídia exerce sobre a coletividade humana. Quanto ao delineamento ou forma, tendo principalmente como fonte direta de pesquisa, o material publicado em livros, a pesquisa é considerada, qualitativa, não-experimental.

3.2 Coleta de Dados

O conteúdo da pesquisa relativa a este trabalho constitui-se basicamente do contido nas obras pesquisadas, livros, jornais e rede eletrônica.

Foram coletadas informações, como forma ilustrativa, de duas reportagens de impacto em nível nacional envolvendo a mídia e as ações policiais.

3.3 Sistematização e Análise

Visando atender aos objetivos da pesquisa e para comparar e confrontar dados obtidos durante a pesquisa, a busca de dados dentro da bibliografia pesquisada visa coletar dados que vão ao encontro dos objetivos propostos, com o intuito de confirmar ou rejeitar a hipótese e pressupostos da pesquisa.

Na bibliografia de primeiro plano, procura-se encontrar dados referentes à conceituação do que vem a ser o Medo, seguindo-se na seqüência a obtenção de dados sobre a conceituação e definição do que vem a ser o Medo Social.

Neste contexto, a pesquisa direciona-se para buscar no material referencial, a Mídia e o seu papel quanto à influência de potencialização ou minimização do Medo Social e seus reflexos na comunidade e possíveis conseqüências sobre a qualidade de vida do cidadão.

Foram incluídas duas reportagens tendo em vista os fatores que envolveram a divulgação do medo na mídia. Assim foram escolhidas a reportagem da revista VEJA que retrata a forma que ocorreu o homicídio do garoto JOÃO HÉLIO em 2007 no Rio de Janeiro e a reportagem da revista ÉPOCA que tem como tema “um marco histórico no combate à violência” (Anexo A e B).

Por fim, analisa-se a postura dos operadores de segurança, considerando-se o seu comportamento diante dos perigos e a forma de proteção que pode garantir à sociedade o aparato midiático sensacionalista.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A conceituação dos itens principais alocados nesta monografia, e que servem para balizar o desenvolvimento deste trabalho foram bem explorados e conseguem criar um nexo, que mostra a influência da mídia na sociedade.

A cultura do medo se estabelece a partir da influencia que recebe da violência, ou seja, o uso da força em situações de conflito, a transgressão as leis, e a utilização de ações cruéis sobre o convívio com outros seres humanos. Se reforça no momento em que a sociedade perde a noção do que é risco real ou potencial, o cidadão não consegue neste ponto identificar se corre algum risco iminente ou não.

Sendo assim, a banalização da violência, criando uma cultura de medo, fundamenta-se em imagens e informações que e repetem massivamente no dia-a-dia, com a mídia muitas vezes legitimando a violência física como forma de solução de conflitos.

Ao buscar-se definir o que é medo, a bibliografia apontou uma gana conceitual ampla, mas que conseguem defini-lo com convergência de idéias, delimitando muito bem qual é o seu objeto, ou seja, o medo é um sentimento humano que afeta a todas as pessoas, ser normal é possuir medo. O medo existe para que o ser humano se defenda de qualquer tipo de situação que o coloque em risco, pode o medo ser controlado, mas não pode ser suprimido, retirado do ser humano, pois nasce com ele e visa sua perpetuação.

O acumulo de conhecimentos no campo da psicologia e sociologia, principalmente no século passado, conseguiu definir mais claramente as reações humanas nas suas mais variadas nuances, dando condições à medicina de tratar com mais propriedade pessoas com alterações de conduta, mas possibilitou também que, sabendo-se como as pessoas reagem a determinados estímulos, homens empresas ou governos, manipulassem grupos humanos na direção que estes pretendiam.

Neste horizonte, discursos legítimos ou não por parte da imprensa, com relação ao aumento da criminalidade e da violência, com a banalização de cenas violentas alimentam a existente cultura da violência, tornando atos ou ações violentas, em itens obrigatórios a serem transmitidos a sociedade no seu todo.

Surge então, como forma de atender interesses de pessoas, grupos empresariais e até o governo, o Medo Social, que é aquele medo constituído socialmente, que interage o medo individual com a cultura da violência, que submete pessoas ou grupos humanos a seu intento, não interessando-se a coletividade pode sofrer danos irreparáveis.

O Medo Social é influenciado diretamente pela mídia, a qual para sobreviver e atingir seus objetivos econômicos, necessita criar um clima de insegurança e fragilidade, explorando carências realimentadoras do medo.

A Mídia não é um segmento de nossa sociedade que sobrevive com contribuições espontâneas de pessoas amigas, ela necessita de recursos que são retirados dos usuários do sistema midiático de acordo com o interesse de cada um. O capitalismo impõe a necessidade de crescimento de cada grupo econômico, empresas de jornalismo não ficam fora deste contexto.

Um dos espaços midiáticos que mais traz retorno a empresas de comunicação são os assuntos voltados a violência, as pessoas reagem mais ao ódio, à violência do que a paz ao amor. Em quase todas as cidades do planeta, os horários nobres contam com espaços consideráveis na difusão de notícias que causam surpresa, medo.

Além de manterem com a exploração cada vez mais eficaz da violência suas audiências, a mídia entra de forma indelével na formação das opiniões de massas que, ao buscarem soluções para reduzirem o estresse e o medo social, mudam comportamentos, alteram itinerários, legitimam ações arbitrárias, que conseqüentemente diminuem espaços sociais, isolando cada vez mais as vítimas da mídia, fragilizando o grupo social, deixando-o a mercê dos interesses daqueles que auferem lucros explorando o medo.

A mídia nos coloca ao explorar o medo no caminho da servidão, da subserviência a respostas e soluções ofertadas por sociólogos, governos ou patrocinadores de empresas de comunicação, que não falam, ou pouco falam em reestruturação da sociedade, em fraternidade, no combate à pobreza, ao desemprego e as drogas, mas falam em proteção individual, que desagrega o corpo social maior, incentivando o surgimento de grupos fechados, com aspecto similar às gangues, sejam elas constituídas por ricos ou pobres.

A Polícia militar é constituída em sua estrutura organizacional de forma linear, tendo como base aspectos rígidos de hierarquia e disciplina. O homem que atua no nível de execução (atividade-fim), no patrulhamento operacional, se transforma no centro das atenções de toda a atividade policial sendo o primeiro contato que a população tem com a instituição.

No contato com órgãos de imprensa falada, escrita ou televisionada o policial atinge indiretamente um número maior de pessoas. O policial que tem a preocupação de lidar com a segurança alheia e própria protegendo o cidadão de agressões e perigos, muitas vezes, por não ter o preparo necessário, e submetido a influência e astúcia de um repórter tendencioso, transforma uma prisão ou atendimento de socorro espetacular, em um episódio bárbaro, injusto ou indecente. Por não ter este preparo no trato com a imprensa o policial é levado a dizer o que não queria afirmando o que não fez.

4.1 Análise das reportagens sobre a influência da mídia no aumento ou controle do medo social

Na reportagem em que a revista VEJA descreve o caso da morte do menino João Hélio, observa-se grande riqueza de detalhes , dando ao leitor a idéia de um Estado impotente, de que quem decide quem vive ou quem morre é o marginal, que as cidades brasileiras estão sendo destruídas por criminosos, e que, um crime de repercussão como este deve ser considerado como divisor entre o momento da publicação da matéria e a possível mudança no combate à violência no Rio de Janeiro

Nos momentos seguintes a ocorrência da morte de João Hélio o que se viu por parte dos operadores de segurança pública foi o contágio a que foram submetidos, seja por parte da população, seja pela mídia, levando-os a produzirem ações que possibilitaram algumas fotos que, ao serem divulgadas pela imprensa mostraram atitudes anti-éticas e ilegais, principalmente com relação ao trato com pessoas presas, denotando assim que , para proteger a polícia pode também agredir, fato que não pode ser tomado como verdade pois, além de atentar contra a formação policial, atenta contra as mais básicas regras de respeito a pessoa humana.

Neste contexto é que se apregoa a necessidade de um melhor preparo do policial no trato com a mídia, mostrando o operador de segurança pública como o verdadeiro protetor da lei, seja na proteção da vida e da integridade física e psicológica das pessoas ,sejam elas idôneas ou não.

Mas se a mídia atua como fator de aumento do medo e do estresse social ela também pode atuar na redução dos mesmos.

Pela segunda matéria jornalística anexa, versando sobre o combate ao tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro pode-se inferir que a mídia pode ser explorada positivamente por operadores de segurança pública, sejam eles , o Secretário de Segurança pública , um inspetor de polícia ou um soldado da polícia Militar.

Na notícia vê-se dados sobre aspectos da situação criminal no Brasil e mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro. Tais informações são mescladas com informações úteis para a reorganização do sistema de segurança pública, o que transmite ao leitor a sensação que o problema esta sendo discutido com a devida atenção que merece.

Observa-se então nos textos anexos que os operadores de segurança pública devem ter preparo específico para o tratamento com órgãos de imprensa , pois sem tal preparo podem em vez de agir em prol da segurança pública, agir de modo ostensivamente nocivo à sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão do que vêm a ser medo, medo social, quais são as influências que a mídia exerce sobre o medo social, e quais as ações possíveis a serem executadas pelos operadores de segurança pública, notadamente os policiais militares, constituiu o objetivo geral e os objetivos específicos deste trabalho.

O medo é o sentimento humano de proteção instintivo, que desde os primórdios tem preservado a espécie humana de todos os tipos de perigo que se apresentem. É natural do ser humano, ninguém dele se despe, a não ser que esteja com sua saúde mental alterada.

O medo social desordena a vida pessoal e comunitária. Ele tem o poder de alterar trajetos, ritmos e horários. Tem conseqüências sobre a vida familiar, de vizinhança, e sobre as relações de amizade, atuando até sobre os contornos da geografia urbana, exigindo, assim, do cidadão um maior controle pessoal sobre os itens acima referidos, aumentando nocivamente o estresse e diminuindo, portanto, a qualidade de vida das pessoas.

O medo social não se restringe, é claro, ao fator violência, mas também a outros fatores como possibilidade de epidemias, de catástrofes e outros, mas é evidente que o fator criminal é, hoje, a fonte principal de meios a influir sobre o sentimento de medo no meio coletivo.

A influência da mídia sobre tais alterações comportamentais é clara. Em pesquisa realizada nos Estados Unidos na década de 90, constatou-se que 76% das pessoas entrevistadas que consideravam a violência como um problema sério nunca foram vítimas de nenhum tipo de crime.

Na Alemanha, na década de 70, a criminalidade dobrou sem que a sensação de medo da coletividade tivesse sofrido alterações dignas de estudo. Já nos Estados Unidos, onde a cobertura da mídia sobre a área criminal teve destaque na década de 90, observou-se o aumento da sensação

de medo social, mesmo com vários indicadores criminais, apresentando considerável queda.

A mídia exerce pressão sobre o medo social. Censurá-la não é, no entanto, uma solução lógica. Espetacularizar notícias não contribui para a resolução do problema criminal. Age sobre o medo. Diminui nossa qualidade de vida. Uma cobertura de qualidade não exige que se ignorem os atos de violência, mas pode apresentar em um discurso ético e contextualizado sobre o tema a elaboração de um discurso jornalístico responsável.

Algumas sugestões sobre o comportamento jornalístico ético aparecem na obra "O Grito dos Inocentes, Série Mídia e Mobilização Social", onde se propõem, basicamente, o comportamento ético, o fim do anonimato do repórter, um não ao julgamento precipitado, o controle de títulos sensacionalistas e uma maior especialização e aprofundamento do conhecimento do operador de mídia em relação aos complexos temas ligados ao medo e à violência.

Saliente-se que, embora os operadores de segurança pública repassem diariamente informações à mídia, não estando em muitos casos preparados para tal, a estrutura de relações públicas da Polícia Militar do Paraná exige algum tipo de reestruturação a fim de melhor guiar as abordagens isoladas de Polícias Militares junto à mídia.

Sendo assim, o contido na monografia de conclusão do Curso Superior de Polícia 2008 elaborada pela Tenente Coronel QOPM MIRIAM que versa sobre os Métodos e Processos de Condução para o Marketing institucional na Polícia Militar do Paraná, sugere que a abordagem da Polícia Militar junto à mídia deve passar por medidas de reorganização material e, principalmente humana, onde Comandantes, Chefes e Policiais de demais postos sofram ações de esclarecimento, qualificação e delimitação de competências no que se refere ao contato com os órgãos de imprensa.

Como o policial militar é ator deste ambiente que envolve a mídia e a sociedade na exploração de seus medos, sugere-se que a corporação Policial Militar, propicie através de instruções a estes policiais, a

discussão das causas e possíveis soluções para a violência, dando assim condições de que se crie uma nova temática, mais positiva, clara, fazendo que a mídia explore as mais diversas formas de violência de forma a proporcionar ao cidadão uma melhor compreensão dos temas relacionados à violência, principalmente nas comunidades onde vivem.

Sugere-se ainda que o policial seja instruído, para no caso de contatos com a imprensa, a tipificar corretamente os crimes, evitando descrições e detalhamentos errôneos de atos violentos, contornando assim o sensacionalismo, favorecendo a elaboração de matérias jornalísticas mais calcadas na ética.

A melhor compreensão do trabalho executado pelos mais variados tipos de órgãos de imprensa, sabendo quais são os programas ligados a assuntos policiais que existem em sua região, e qual é a dinâmica utilizada por estes órgãos na exploração de assuntos ligados ao setor policial, também é um fator de conhecimento a ser oferecido ao operador de segurança, pois, possibilitará que o mesmo planeje melhor seu contato com determinado setor da mídia.

Portanto, operadores de segurança pública devem, como o relatado neste trabalho, serem comprometidos com ações pró-ativas, voltadas à redução de medo e estresse social, além de oferecerem, dentro do possível, sensação de segurança, que representa vida, alegria e confiança.

REFERÊNCIAS

- BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social**: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Corty, 2004.
- BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 8. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- BRETAS, Marcos Luis. Observações sobre a falência dos modelos policiais. **Tempo Social**, USP, São Paulo, n. 9 (1), p. 79-94, 1997.
- BRIGGS, A.; BURKE, P. **Uma história social na mídia: de Gutenberg à internet**. São Paulo: Jorge Zahar Editora, 2004.
- CALAZANS, F. M. A. Teoria da comunicação subliminar. In: **Trajetória e questões contemporâneas da publicidade brasileira**. PINHO, J. B. (org), 2.ed. São Paulo: Intercom, 1998. p.147-161.
- CANO, Ignácio. As origens da criminalidade: causas, sexo e idade. **Revista Exame**. a. 36, n.16, 7 de agosto de 2002. São Paulo.
- CURY, Munir. É possível diminuir a violência. **Revista Opinião**. Maio, 2002. p. 17-20.
- DEBRAY, R. **Curso de midiologia geral**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- DEJOURS, Christophe. **A Banalização da injustiça social**. 4.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, (2001, p.21-34).
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FREITAS, Bento. Escola, estado e sociedade. **Revista Coleção Universitária**, São Paulo, 4. ed., 1991.
- GLASSNER, Barry. **Cultura do medo**. São Paulo: W11 Editores. 2003.
- HALL, Calvin; GARDNER, Lindzey. **Teorias da personalidade**. São Paulo: EPU – Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1993.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã ou a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Trad. Rosina D'Angina. São Paulo: Ícone, 2000.
- MARTINS, Jorge Henrique Schaefer. **Direito penal e solução da criminalidade**. Palestra proferida na VII Semana de Estudos Jurídicos em 12 de novembro de 1999. Brusque: FEBE, 1999.
- MARTY, Mireille Delmas. **Os grandes sistemas de política criminal**. São Paulo: Manole, 2004.

MENANDRO, Paulo Rogério Meira; SOUZA, Lídio. O cidadão policial militar e sua visão da relação polícia-sociedade. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 7, n. 1/2, p.133-141, 1996.

MESQUITA NETO, Paulo de. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In: Dulce Chaves Pandolfi et al. **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999. p. 129-148.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1999.

MUSKKAT, Malvina Ester. **Mediação de conflitos**: pacificando e prevenindo a violência. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

NEVES, P.S.C. **Segurança pública e cidadania**: em busca de novas formas de sociedade. Aracaju: Mimeo, 2001.

NEVES, P.S.C. **Segurança pública e cidadania**: em busca de novas formas de sociedade. Aracaju: Mimeo, 2001.

OLIVEIRA, S.L. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira, 1999,

PIEIDADE JUNIOR, Heitor. **Vitimologia, redução no tempo e no espaço**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos.

SANTOS, José Tavares. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. **Tempo social**, USP, S. Paulo, n. 9(1), p. 155-167, maio. 2001.

TOIGO, Marcel Dornelles; FELIX, Sueli Andrucsioli. Polícia e comunidade: conflitos e consensos. In: **A questão social no novo milênio**. VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 16, 17, 18 de setembro de 2004.

WEBER, M. **Ciência e política duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

ANEXOS – REVISTAS INFLUENTES E SUAS REPORTAGENS SOBRE A
VIOLÊNCIA



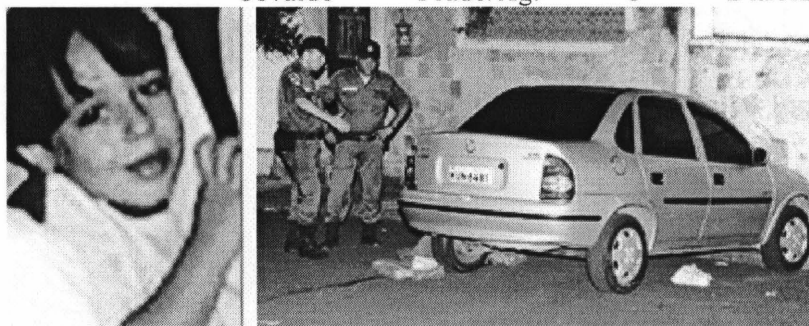
Brasil

Sem limites para a barbárie

O suplício público de um menino de 6 anos no Rio mostra que o Brasil está na sala de emergência de uma tragédia social em que o bandido decide quem vive e quem morre

Marcelo Bortoloti

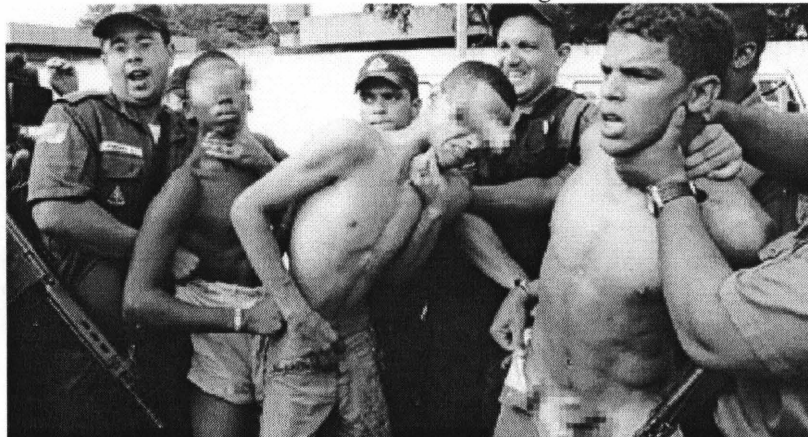
Osvaldo Prado/Ag. O Dia/AE



VIDA ROUBADA POR MONSTROS

Policiais observam (*acima, à dir.*) o corpo do menino João Hélio (*no detalhe, à esq.*). Os autores do crime, um menor e um rapaz de 18 anos (*abaixo*), foram presos no dia seguinte

Guilherme Pinto/Ag. O Globo



Na quarta-feira passada, a dona-de-casa carioca Rosa Vieites se preparava para encerrar um dia como tantos outros. Pouco depois das 9 horas da noite, deixou o centro espírita que costuma freqüentar em Bento Ribeiro, na Zona Norte do Rio de Janeiro, e entrou no carro com seus dois filhos, Aline, de 13 anos, e João Hélio, de 6, e uma amiga. Logo a família estaria toda reunida, segundo seus planos. Hécio, seu marido, passara a tarde na casa nova que a família acabara de comprar, acompanhando a reforma, e iria encontrá-los para o jantar. Poucos quarteirões adiante, ao parar num sinal de trânsito, o carro em que estavam foi abordado por dois bandidos armados, que ordenaram que todos descessem. Começou, então, o pior drama que uma mãe pode viver – e uma trágica histórica que tirou a respiração de todos os brasileiros. Rosa, Aline e a quarta passageira, que viajava no banco do carona, saíram do carro. Mas o pequeno João, que estava no banco de trás e usava cinto de segurança, demorou um pouco. A mãe abriu a porta traseira e tentou ajudá-lo. Não deu tempo. Os bandidos entraram no carro e partiram em alta velocidade levando o garoto dependurado, preso pela barriga. Rosa gritou e saiu correndo atrás do veículo, mas só viu o filho ir embora, arrastado pelo chão.

VEJA
TAMBÉM
 on-line
 • **Em Profundidade:**
Crime Organizado
 • **Em Profundidade:**
Violência no Rio

Chega de explicações. Todo fenômeno de degradação social tem explicação. A queda de Roma, a ascensão de Adolf Hitler, a proliferação do mal bolchevique pelo mundo, a destruição das cidades brasileiras pelos criminosos e seus asseclas, simpatizantes – ou simplesmente cegos – na intelectualidade, na polícia e na política. O martírio público do menino João Hélio está destravando a língua de dezenas de explicadores. São os mesmos que passaram a mão na cabeça dos "meus guris" que desciam ao asfalto para subtrair um pouco do muito que os ricos tinham e, assim, sustentar a mãe no morro. Chega de romancear o criminoso, de culpar abstrações como a "violência", o "neoliberalismo", o "descaso da classe média"...

O que se passou depois foi uma cena difícil de imaginar, mesmo nos piores filmes de terror – aliás, nenhum roteirista ousou

escrever uma cena daquela. Um crime de tamanha crueldade tem de ser encarado como a gota d'água para mudar o combate à violência no Rio de Janeiro e em todo o Brasil. João Hélio foi arrastado por 7 quilômetros em ruas movimentadas de quatro bairros da região. Um motoqueiro que vinha atrás, que pensou tratar-se de um acidente, tentou alcançar o veículo para avisar que havia uma criança próxima à roda. "Na primeira curva, a cabeça bateu na proteção da calçada, e o sangue espirrou na minha roupa. Comecei a gritar e buzinar, mas vi que a criança já estava morta. Quando consegui chegar até o carro, um dos ocupantes pôs a arma na minha cara e me mandou ir embora", diz a testemunha.

Para evitar a todo custo pagar o preço de enfrentar a bandidagem e se manter na civilização, o Brasil está aceitando pagar o preço da volta à barbárie. O mais desalentador é constatar que o pequeno João Hélio chegou ao suplício em vão. Nada vai acontecer com os criminosos que o desmembraram em público e logo eles e outros estarão nas ruas predando os meninos-João. Os explicadores continuarão suas ladainhas, seus seminários, suas viagens para conhecer cidades que venceram o crime, suas reformas para dar resultados daqui a um século, suas visões idílicas de que favelas são soluções... No que diz respeito ao crime, o Brasil não está na UTI... está na sala de emergência. A decisão de quem vive e quem morre nessa sala, infelizmente, está nas mãos dos bandidos.

Pessoas que viram a cena também entraram em desespero enquanto os bandidos faziam ziguezague com o carro, tentando se livrar do corpo. Em algumas das treze ruas pelas quais João foi arrastado, ainda era possível ver rastros de sangue e massa encefálica pelo chão no dia seguinte. Os bandidos rodaram por dez minutos e depois abandonaram o veículo numa rua deserta. O garoto, ainda atado ao cinto, não tinha mais a cabeça, os joelhos nem os dedos das mãos. "Estou acostumado a ver cenas violentas. Mas foi uma coisa bárbara, não tive coragem de tirar o plástico para ver o garoto", diz o delegado Hércules do Nascimento, responsável pelo caso. O secretário de Segurança do Rio, José Mariano Beltrame, e o comandante-geral da PM, coronel Ubiratan Guedes, não contiveram as lágrimas no enterro do menino. Um morador que reconheceu os bandidos conta que

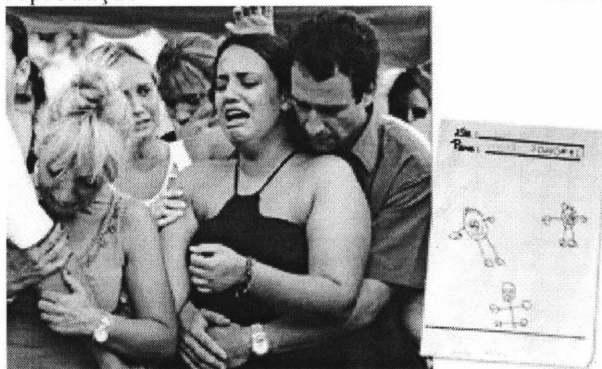
um deles saiu do carro, viu o corpo, depois vasculhou os objetos de valor dentro do veículo e desapareceu com o comparsa por um beco escuro. Eles não queriam o carro, apenas os pertences da família, o que confirma o assustador nível de banalização da violência nos grandes centros urbanos do Brasil.

Do blog do jornalista Reinaldo Azevedo, em VEJA on-line (<http://veja.abril.com.br/blogs/reinaldo/>): o menino João é o guri dos sem-Chico Buarque. O "menor", bem maior do que o menino João, cujo corpo ele ajudou a espalhar pelas avenidas do Rio, vai ficar três anos internado. E depois será solto entre os meninos-João, por quem não se rezam missas de apelo social. Resta só a dor da família: privada, sem importância, sem-ONG, "sem ar, sem luz, sem razão".

Guilherme Pinto/Ag. O Globo,

reprodução

Globo



FAMÍLIA DESTRUÍDA

Parentes de João Hélio se desesperam durante o enterro do menino. A mãe, Rosa (à esq.), tentou tirá-lo do carro, mas não conseguiu. A irmã, Aline (no centro), a quem o menino era apegado, desabafou quando o caixão baixou: "Quero ouvir a vozinha dele"

João Hélio faria 7 anos em março, cursava o primeiro ano primário num colégio particular, torcia pelo Botafogo e estava feliz porque iria ganhar um quarto novo, pintado de verde. Alegre e muito agitado, fazia aulas de natação e futebol. Todos os dias Rosa o levava de carro à escola e o buscava. Em homenagem à mãe, João fez um desenho que ficou afixado no

anos, também era grande. No dia do enterro, Aline desesperou-se ao ver o pequeno caixão. "Eu quero meu bebê de volta. Quero meu irmão de volta, quero ouvir a vozinha dele de novo", gritava.

No dia seguinte ao crime, a polícia apresentou os responsáveis por essa tragédia que destruiu mais uma família da classe média carioca. Diego e E., menor de idade, sem antecedentes criminais. Segundo testemunhas, já era o quinto carro que a dupla abandonava no mesmo local. Com sangue-frio, os dois confessaram o assassinato e contaram detalhes do crime, que pode ter tido a participação de mais dois bandidos. Os pais de E., que têm outros quatro filhos, compareceram à delegacia. O pai não acreditava que seu filho pudesse ser um dos bandidos. Às 10 horas da noite, minutos após o roubo, os dois estavam na sua casa, onde jantaram sem demonstrar nenhum tipo de alteração. "Ele não precisava disso. Estava estudando e ganhava dinheiro lavando carros", afirma. "Eu sabia que meu filho andava com más companhias, mas nunca imaginei que pudesse fazer uma coisa dessas.

"Simbolicamente, a culpa é de quem morre. Alguns jornalistas ficaram um tanto revoltados com a polícia, que obrigou os bandidos a mostrar o rosto. Terrível ameaça à privacidade. Era só o que faltava: trucidar o menino João e ainda ser obrigado a expor a cara... Que país é este? Já não se pode mais nem arrastar uma criança pelas ruas em um automóvel e permanecer no anonimato?"

O crime precisa ser enfrentado como tal: uma combinação de pressões psicológicas, sociais, urbanas e familiares que está gerando pavor paralisante no país.

É vital escapar da paralisia.

Podem-se debater as forças da natureza enquanto se assiste à aproximação de um tsunami. Mas isso é inútil, perigoso e irracional. É preciso agir, fazer alguma coisa que estanque os efeitos destruidores da ação dos criminosos. Diz o sociólogo Cláudio Beato: "Ninguém pensa em resolver os problemas emergenciais de saúde, uma epidemia, por exemplo, investindo

em educação. A segurança pública também requer medidas específicas – e urgentes”.

VEJA ouviu de especialistas o que precisa e pode ser feito já:

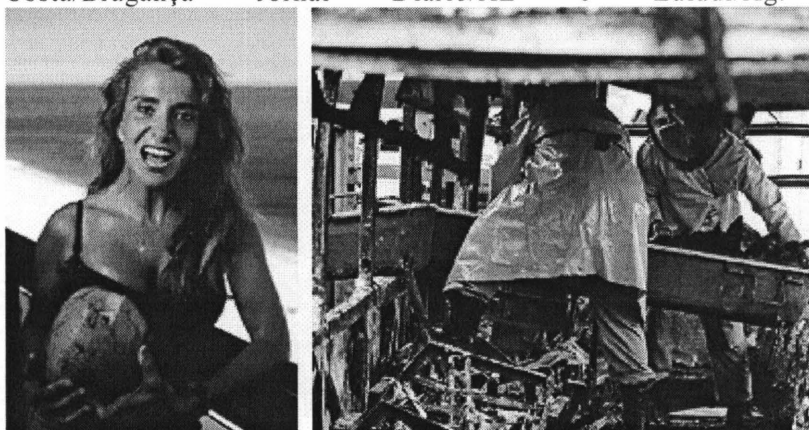
- Limitar o horário de funcionamento de bares. Pesquisa feita em 2002 pela prefeitura de Diadema, uma das cidades mais violentas da Grande São Paulo, mostrou que 60% dos homicídios do município aconteciam a 100 metros de um bar. Ao fixar em 23 horas o horário-limite de funcionamento dos bares, a cidade conseguiu, em cinco anos, reduzir em 68% sua taxa de homicídios.
- Diminuir benefícios de presos como a redução do cumprimento da pena no regime fechado, por meio de progressão. "Hoje, até os autores de crimes hediondos são beneficiados com passagem do regime fechado para o semi-aberto após o cumprimento de somente um sexto da pena", diz o promotor de Justiça das Execuções Criminais de São Paulo Marcos Barreto.
- Suspender o benefício dos indultos (de Natal, Dia das Mães...) para criminosos reincidentes ou condenados por crimes violentos. O cientista social e professor da Universidade de Brasília Antônio Testa lembra que a frequência com que os indultos são concedidos hoje, além de aumentar o risco a que a população está exposta, obriga o Estado a dispor de mais policiais na rua e gera desvio de funções.
- Suspender o limite para a internação de adolescentes infratores em centros de ressocialização. Hoje, eles só podem ficar internados até os 18 anos. "Só deveriam poder deixar os centros aqueles adolescentes que estivessem realmente ressocializados. E isso poderia durar três, quatro ou dez anos", afirma Testa.
- Criar uma rede multidisciplinar de assistência para jovens que começam a se envolver com a criminalidade, praticando pequenos atos de vandalismo ou participando de brigas de rua, por exemplo. "Nenhum jovem vira assassino da noite para o dia", afirma o sociólogo Cláudio Beato. "Uma rede de professores, psicólogos e assistentes sociais treinados pode atuar nas escolas e comunidades, dando suporte e orientação ao jovem ainda nessa etapa do processo", diz.
- Priorizar o policiamento comunitário. "O policial comunitário ganha a confiança dos moradores, é mais bem informado sobre a criminalidade no bairro e, portanto, consegue agir com mais

eficácia", afirma o sociólogo Beato. No bairro Jardim Ângela, considerado uma das regiões mais violentas de São Paulo, a adoção da medida ajudou a reduzir o número de homicídios em 57% entre 2001 e 2005.

- Criar varas especiais que possibilitem o julgamento mais ágil de policiais acusados de corrupção e outros crimes: "Um agente suspeito que permanece trabalhando, enquanto aguarda julgamento por um longo período, contribui para aumentar a sensação de impunidade e afastar a polícia da sociedade", afirma Ignacio Cano, pesquisador do Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Que se faça o que tem de ser feito já para conter a hemorragia social provocada pelo crime. Ou, em breve, estaremos chorando outro João Hélio.

Fotos Lu Teixeira/Agif/AE, Alexandre Sant'Anna/Strana, Fabiano Costa/Bragança Jornal Diário/AE e Luludi/Ag. Luz/Reprodução



A ESCALADA DA BARBÁRIE

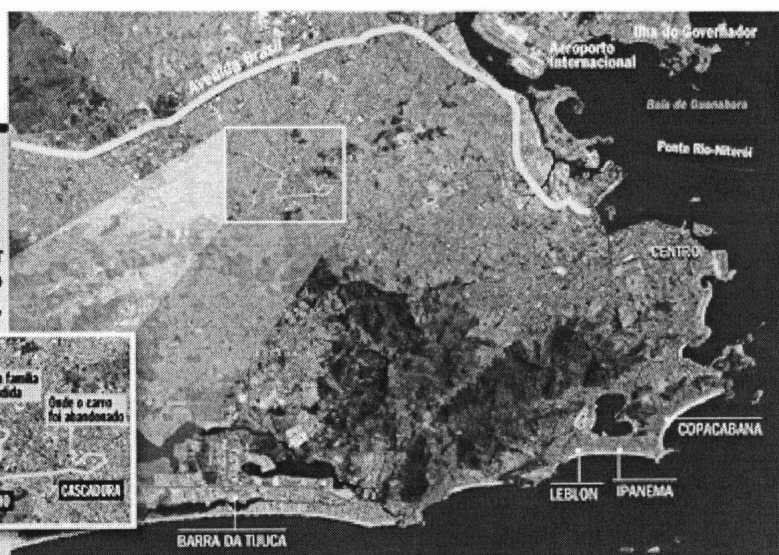
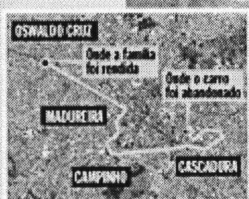
Uma sucessão de crimes que impressionaram pela crueldade e abalaram o país nos últimos meses: bandidos incendiaram um ônibus no Rio, matando oito pessoas (*acima*); a socialite Ana Cristina Johannpeter (*acima, à esq.*) foi morta ao parar num cruzamento; e, em Bragança Paulista, ladrões atearam fogo a um carro com quatro pessoas dentro, entre elas o menino Vinícius, de 5 anos



Com reportagem de Ronaldo Soares

RASTRO DE HORROR EM QUATRO BAIROS

O carro da família Vieites foi interceptado por dois ladrões armados em um cruzamento no subúrbio carioca de Oswaldo Cruz. A mãe, Rosa, e a filha, Aline, conseguiram descer. O menino João Hélio ficou preso pelo cinto de segurança do lado de fora. Ele foi arrastado por 7 quilômetros, passando por treze ruas até o bairro de Cascadura, onde o carro foi deixado.





1035 6.00

ÉPOCA

A REVISTA DE QUEM TEM OPINIÃO

**VEÍCULO
DE COMUNICAÇÃO
DO ANO**

R\$ 7,90 | Nº 476
3 JULHO 2007
WWW.EPOCA.COM.BR

O inspetor
Leonardo da Silva
Torres, da patrulha
avancada que
ocupa o Complexo
do Alemão

UM ATAQUE INOVADOR

Por que o
cerco aos
traficantes
no Rio é
um marco
no combate
ao crime
no Brasil

EDITORA
GLOBO

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA

MAIS: oito idéias realmente eficazes para diminuir a violência – já

Um marco histórico no combate à violência

O ataque ao tráfico no Rio mostra que, para combater o crime, é preciso agir com planejamento, inteligência e determinação. Época apresenta a seguir as idéias que realmente darão resultado para o Brasil vencer essa guerra

POR CELSO MASSON, SOLANGE AZEVEDO E NELITO FERNANDES

A tomada do Complexo do Alemão pela polícia do Rio de Janeiro, na semana passada, representa um marco histórico do combate à violência no Brasil. Mais que qualquer outra batalha já travada contra o tráfico no país, a invasão de um dos principais núcleos de resistência dos criminosos significou uma afirmação do Estado contra a barbárie.

“Não fomos lá prender uma ou duas pessoas, uma liderança do tráfico. Fomos lá desmanchar bunkers, ilhas inexpugnáveis. Fomos lá devolver direitos aos cidadãos”, diz o secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame. Ainda falta muito para que o crime seja vencido no país. Mas as características da ação dos últimos dias no Rio sugerem que algo realmente mudou. Houve planejamento, inteligência e firmeza. “O Brasil está começando a perceber que a criminalidade não diminuirá se não houver punição”, diz o professor de Economia da Universidade Princeton, nos Estados Unidos, José Alexandre Scheinkman, autor de estudos que relacionam o fim da violência à prosperidade econômica – um deles apresentado na semana passada na Universidade Harvard (leia a entrevista).



VIRADA	NO	CONFLITO
Posto	policial	atingido
A	ação	energica
é uma atitude inovadora	contra	por o crime

Até esta ação, a guerra contra o tráfico era personificada pelos nomes e rostos de traficantes como Fernandinho Beira-Mar, Marcinho VP ou Elias Maluco. Agora, poucos conhecem o criminoso mais procurado pela polícia, o paranaense Vladenico Antunes Barbosa, conhecido como Val ou João Grandão e considerado um dos maiores traficantes de armas do país. O rosto que simboliza a ação da polícia é o inspetor Leonardo da Silva Torres, de 43 anos, conhecido como Trovão. Ele encarna não só a batalha no Alemão, mas a força policial inovadora que hoje combate nos morros. Formado pela Swat americana e pelo Centro de Inteligência da Marinha Brasileira, Torres integrou a patrulha avançada de ocupação do Alemão. Seu uniforme de campanha e o charuto que mantém aceso mesmo em serviço deram uma cara nova aos agentes da invasão. Mais que isso, eles fizeram de Trovão alguém com quem a população pode se identificar. Agora, há a sensação de que a ação da polícia é para valer. Tanto o secretário Beltrame quanto o governador do Rio, Sérgio Cabral, são elogiados publicamente. É como se a população do Rio de Janeiro não se sentisse mais órfã nem refém do tráfico.

Por que agora é diferente? Agora o inimigo sabe que não dita mais as regras. Até a semana passada, a estratégia de enfrentamento usada pela polícia fluminense no Complexo do Alemão parecia diante de um impasse. Desde o dia 2 de maio, quando a operação teve início, viam-se cenas de guerra de trincheira. Houve baixas de ambos os lados, alunos ficaram semanas sem aulas, o comércio mais fechava do que abria as portas. Mas, ao contrário de outras ações, quando a polícia retrocedia ante a resistência dos “donos” do morro, desta vez ela se manteve no ataque. Um ataque determinado e inovador. Ainda que as favelas continuem parcialmente dominadas pelos traficantes, abriu-se um flanco inédito. “Foi a maior prova de integração já demonstrada entre as polícias civil e militar com a Força Nacional de Segurança”, diz Beltrame. “A grande lição de tudo isso é que um Estado que se organiza, planeja e que toma atitudes fortes tem condições de se impor.”

Além do uso de forças integradas, outro ponto inovador na tática usada pela equipe que comandou a invasão foi a inteligência. Os planos foram traçados a partir de informações colhidas por 150 informantes, infiltrados no morro havia meses, e por fotos aéreas da região. Houve método e organização na incursão, planejada ao longo de dois meses. Na manhã do ataque, nove atiradores de elite ocuparam pontos estratégicos, no alto do morro. Dando proteção aos policiais e soldados, eles permitiram fechar o cerco. Pela primeira vez os policiais conseguiram postar-se em locais geograficamente acima dos traficantes. É certo que o número de mortos é elevado. Apenas nesta ação houve 19 mortes e, desde 2 de maio, quando o confronto começou, quase 50 pessoas morreram e mais de 70 ficaram feridas. Também é verdade que há suspeitas de que, entre os mortos, houvesse inocentes. Mas vários cuidados foram tomados para evitar mais vítimas, como desviar o tráfego aéreo e evitar ações perto de escolas.

Custo da violência no Brasil R\$ 92,2 bilhões ou 5% do PIB. Desse total, R\$ 28,7 bilhões são despesas do setor público Valor per capita: R\$ 519,40 Estimativa para o ano de 2004. Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

determinação e o planejamento demonstrados na semana passada serão mantidos: “Estamos estabelecendo metas, distribuindo o efetivo e planejando ações de acordo com mapas preparados pela inteligência. Delegados que não conseguirem alcançar as metas serão transferidos. Já mexemos em 23 batalhões e em 80% das delegacias”. Há, enfim, outro ponto a louvar na ação policial: a transparência no discurso. Beltrame deu entrevistas a semana toda, explicando o que foi feito e prevendo novas ações em outras favelas. Há mais seis áreas a reconquistar (leia no mapa). No Alemão, Beltrame estima que só foram apreendidos 10% do arsenal dos traficantes nas 12 comunidades do complexo. Ele também assumiu publicamente a existência do “Estado paralelo” comandado pelos traficantes.

A ocupação do Complexo do Alemão é simbólica. A região concentra 40% dos crimes da cidade e boa parte do tráfico. Traficantes afugentaram dali quase toda a atividade produtiva – no passado, a região era o maior pólo industrial do Rio. O “alemão” que dá nome ao morro era polonês: Leonard Kaczmarkiewicz, que imigrou para o Rio depois da Primeira Guerra e implantou na região uma zona industrial. Desde que a cocaína se tornou o melhor negócio dos morros, na década de 90, 30 mil pessoas já morreram nos bairros que integram o Alemão.

O governo fluminense quer mais que apenas banir o Estado paralelo que se instalou nos morros. Um ambicioso projeto de ação social, inspirado na experiência colombiana, pretende transformar o complexo. O plano inclui um teleférico com 3 quilômetros e seis estações, a 35 metros de altura, com áreas de lazer e bibliotecas. As obras dependem de um acordo com o governo federal, que nesta semana deve assinar a liberação de R\$ 350 milhões de recursos do Plano de Aceleração da Economia. A ação policial permanecerá. Para vencer a violência, é preciso fazer isso e muito mais.

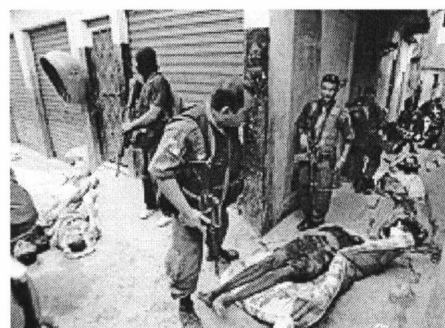
A violência envergonha, amedronta e empobrece o país. Ela cobra 40 mil vidas e 5% das riquezas que o Brasil produz. Enquanto essa realidade não for mudada, haverá empregadas domésticas espancadas em pontos de ônibus e casais assassinados diante do filho de 7 anos, como ocorreu nos últimos dias. Conquistar redutos de traficantes é essencial. Mas não basta. Assim como o governo fluminense foi se inspirar no exemplo colombiano, a reportagem de ÉPOCA investigou as ações inovadoras que têm funcionado para reduzir a violência no Brasil e no mundo. As páginas seguintes apresentam oito sugestões, elaboradas com a ajuda de especialistas, para conter a violência e melhorar a segurança das cidades brasileiras. É nossa contribuição para uma das questões mais urgentes que o país precisa resolver.

IDÉIA 1

Administrar a polícia como empresa

Num modelo de gestão voltado para a eficiência, os recursos são empregados conforme as necessidades, não de acordo com as pressões ou com o poder de intimidação dos funcionários. As estratégias adotadas pela polícia em três grandes cidades americanas – Los Angeles, Chicago e Nova York, as únicas em que o crime tem caído no país – comprovam que é fundamental dirigir os policiais mais competentes e qualificados para áreas problemáticas. Foi essa a tática usada por uma das maiores estrelas da polícia americana, William Bratton, atual chefe do Departamento de Polícia de Los Angeles. Bratton ficou famoso na década de 90, quando comandou a polícia de Nova York. Foi a época do programa “tolerância zero”, quando as taxas de criminalidade despencaram na cidade e inspiraram ações parecidas em todo o mundo. Considerado um grande gestor, Bratton adotou o mesmo modelo em Los Angeles, na Califórnia, onde trabalha desde 2002. Desde então, os assassinatos caíram em um terço e as agressões violentas baixaram mais de 50%.

O gerenciamento do contingente de acordo com a incidência criminal é tido como a principal razão para a queda da violência nas grandes cidades dos Estados Unidos, segundo o criminologista americano Wesley Skogan, da Northwestern University. No Brasil, raramente essa estratégia é seguida. Segundo o coronel da reserva José Vicente da Silva Filho, especialista em segurança pública, a gestão de recursos é o maior problema da polícia do Rio de Janeiro. Apesar de a capital concentrar metade dos registros policiais do Estado, apenas 16% do efetivo da PM atua ali. Cerca



EM GUERRA
Corpos espalhados pelas “trincheiras” do Complexo do Alemão ocupadas pelos agentes na quarta-feira.

de 2 mil policiais trabalham na segurança de presídios. Outras centenas atuam na manutenção de viaturas, na administração dos batalhões e até na cozinha. Estão fora, portanto, da atividade para a qual foram treinados. São Paulo conseguiu aumentar o efetivo nas ruas e criar mais de 80 novas unidades operacionais da PM ao contratar funcionários para atuar na guarda nos presídios e soldados temporários para os serviços internos. Nos últimos cinco anos, mais de 460 mil pessoas foram presas no Estado e 184 mil armas de fogo foram apreendidas. No mesmo período, a taxa de homicídios caiu pela metade (leia o quadro comparativo abaixo). Outros crimes graves como estupro, latrocínio (assalto seguido de morte) e seqüestro também diminuíram.

Países desenvolvidos avaliam o êxito de suas políticas de segurança pela queda da criminalidade e por taxas de resolução de crimes. Enquanto, nos Estados Unidos e na Europa, oito de cada dez homicídios são solucionados, no Rio o índice de sucesso é de 2%. Na cidade de São Paulo, 78% dos inquéritos sobre crimes contra a vida instaurados acabam arquivados – e os assassinos ficam impunes. De todos os boletins de ocorrência registrados na capital paulista em 2006, em apenas 15% houve instauração de inquérito, procedimento necessário para a polícia iniciar uma investigação. Nem sempre a culpa é dos policiais. Em muitos casos, há falta de interesse da vítima. Para investigar crimes como ameaça e lesão corporal por acidente de trânsito, é preciso que o prejudicado manifeste interesse.

Outro critério que mede a eficácia policial é a letalidade. Quanto mais mortes produz, menos eficiente é a polícia. Nos últimos quatro anos, a atividade policial no Rio de Janeiro caiu 31%. Mesmo assim, a letalidade aumentou duas vezes e meia, de acordo com o coronel José Vicente. Segundo ele, nos Estados Unidos a polícia mata cerca de 400 pessoas em confrontos anualmente. Só em 2006, 1.063 pessoas foram mortas em supostos embates com a polícia fluminense.



Fumando um charuto, o inspetor Leonardo Torres, o Trovão, símbolo da ação que devolveu ao Rio um sentimento de amparo

IDÉIA 2

Modernizar a gestão de recursos humanos

Embora o salário dos policiais brasileiros seja baixo, apenas aumentar o contracheque de toda a categoria pode não se traduzir em maior eficiência. Segundo o coronel José Vicente da Silva Filho, não existe relação direta entre o salário e a eficiência policial. Como exemplo, ele compara o Distrito Federal a São Paulo. Embora os paulistas recebam em média menos da metade do que ganham os policiais da capital federal, é em Brasília que ocorrem mais crimes violentos contra o patrimônio. São 1.154 casos por 100 mil habitantes, contra 749 ocorrências do mesmo tipo em São Paulo.

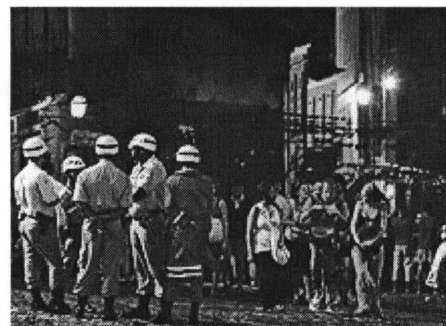
Alguns Estados, como Amazonas e Bahia, adotaram a prática de horas extras, ou “bico institucional”, vetada no resto do país. Segundo o capitão Antonio César da Silva Santos, coordenador de Operações Extraordinárias do Comando de Policiamento de Salvador, cada PM da Bahia pode fazer, no máximo, 60 horas extras por mês. Nesse caso, o incremento no salário chega a 40%. Parte dos policiais que atuam no Pelourinho no período noturno e durante a madrugada está fazendo horas extras. De acordo com Santos, 54% dos policiais de Salvador dizem ter abandonado os bicos externos para fazer horas extras para a corporação. Em Salvador, os policiais que trabalham para a corporação além do horário normal são mandados para as áreas mais carentes de segurança.

“O policial prefere aumentar a renda trabalhando para o Estado que se arriscar fazendo bicos para empresas privadas, como num posto de gasolina, por exemplo”, diz Hélio Cesar da Silva, presidente da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo. O bico interfere na qualidade do trabalho do policial porque seu tempo de descanso fica reduzido. Também são comuns os casos de agentes que usam a arma da corporação para fazer segurança privada. E a probabilidade de eles morrerem é maior que enquanto prestam serviços ao Estado, quando podem contar com o reforço de colegas para enfrentar criminosos. Embora proibido, o bico já está incorporado à cultura policial. Por isso, é praticamente impossível eliminá-lo. “O melhor é combater o segundo emprego. Mas, como acabar com ele não é possível, é necessário estabelecer limites”, diz o professor Luís Antônio Francisco de Souza, da Unesp. Cidades americanas como Nova York e Miami fazem isso. Lá, os policiais são obrigados a informar os trabalhos extras à corporação. Não podem, por exemplo, fazer segurança em boates e são obrigados a respeitar um tempo mínimo de descanso.

IDÉIA 3

Integrar policiais civis e militares

Desde o século XIX, o Brasil tem duas forças policiais que funcionam em paralelo. Elas surgiram quase juntas, na década de 1830. Desde então, ambas repartem o ciclo de repressão e investigação criminal. E fazem isso disputando poder. A idéia de unificá-las nas últimas décadas ganhou força como uma das condições para melhorar a eficácia policial. Mas ela tem se mostrado inviável pela competição intrínseca entre as duas forças. Para vencer essa resistência, o governo de Minas Gerais implantou um novo modelo de integração, a partir de um mapeamento feito pela Secretaria de Estado de Defesa Social, que definiu as bases territoriais comuns para a atuação das duas polícias.



BICO INSTITUCIONAL.
Policiais militares fazem ronda noturna no Pelourinho, em Salvador, onde a oficialização da hora extra deu resultado

Em dezembro de 2005, foi inaugurada no Centro de Belo Horizonte a 1ª Região Integrada de Segurança Pública, que reúne no mesmo espaço físico o comandante do Policiamento da Capital e o delegado-chefe do Departamento de Polícia Civil, além de cerca de cem integrantes das duas polícias. Mais que dividir o mesmo prédio, ambas compartilham um mesmo banco de dados, o Registro de Eventos de Defesa Social, que armazena os boletins de ocorrência. A Secretaria de Defesa Social pretende incorporar a esse banco de dados o sistema de acompanhamento de processos do Tribunal de Justiça e os registros das prisões.

De acordo com o secretário de Estado de Defesa Social, Maurício de Oliveira Campos Júnior, coordenador do trabalho de segurança pública integrada, a metodologia consiste em quatro passos: identificação do problema, análise, resposta e avaliação. “Nas reuniões são identificados os problemas, é feita a distribuição de tarefas e os resultados são cobrados por todos”, afirma. “Ganhamos agilidade e qualidade de informações e evitamos duplicidade de trabalho.” Na pauta das reuniões está o monitoramento de 18 tipos de crimes e da taxa de criminalidade violenta em todas as regiões. Segundo o secretário, a resistência inicial ao novo formato de gestão foi superada pela sensibilidade dos próprios integrantes das corporações. Eles perceberam, na prática, a importância do trabalho em conjunto. “Cada instituição sempre teve o seu papel, mas era visível a disputa. Com a integração, a resposta é dada por todos”, diz o coronel Renato Vieira de Souza.

A integração é apontada como um dos principais fatores para a queda da criminalidade no Estado. Segundo a Secretaria de Defesa Social, entre 2005 e 2006 o número de assaltos a banco caiu 37%, e o de roubo de carga 50%. Na região metropolitana de Belo Horizonte, as ocorrências de crimes violentos, que em 2003 somaram 1.463 casos para cada grupo de 100 mil habitantes, fecharam o ano passado em 962 casos por grupo de 100 mil.

IDÉIA 4

Investir na perícia criminal

Uma das maiores deficiências das polícias brasileiras, que reduz a chance de sucesso nas investigações, é a perícia criminal. No Rio de Janeiro, são necessários em média 84 dias para que o exame médico no cadáver, o laudo necroscópico, seja liberado. Em São Paulo, um laudo definitivo de bala perdida demora cerca de dois meses para ficar pronto. Além de atrasar as investigações, essa lentidão pode gerar problemas ainda mais graves. No final do ano passado, Daniele Toledo do Prado, de 21 anos, foi presa no interior de São Paulo. Acusada pela polícia de ter matado a filha de 1 ano e 3 meses colocando cocaína na mamadeira da criança, ela passou 37 dias encarcerada até que um laudo pericial mostrasse que não havia droga na mamadeira nem nas vísceras da menina. No cárcere, Daniele foi espancada e perdeu parte da visão e da audição.

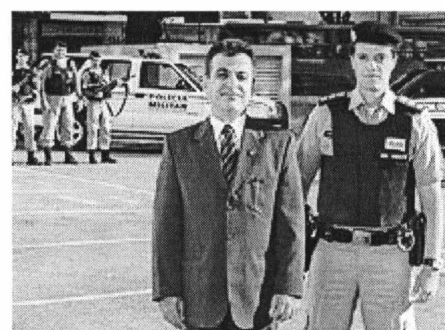
Os recursos mais avançados de que as polícias no Brasil dispõem são usados em pouquíssimos casos, especialmente nos de maior repercussão. Um exemplo foi a apuração do assassinato do coronel Ubiratan Guimarães, em São Paulo. Naquela investigação, a polícia chegou a usar um equipamento chamado “Crime Scope” – algo como espectro do crime –, um canhão de luzes ultravioleta capaz de detectar a presença de substâncias como sangue, sêmen, fragmentos de ossos, fibras, pêlos e cabelos em diversas superfícies. No apartamento de s Guimarães, o aparelho encontrou vestígios de pólvora numa escultura na sala. Isso contribuiu para que os peritos determinassem a trajetória e a distância do tiro. Em todo o Estado há apenas dois equipamentos como esse.



IDÉIA 5

Usar tecnologia no mapeamento de ocorrências

Há cinco anos, o governo paulista criou o Departamento de Inteligência da Polícia Civil (Dipol). Hoje, pelos computadores da PM, é possível acompanhar em tempo real a atividade dos agentes que atuam nas ruas e saber que tipos de delito ocorreram. Até o final do mês, cem viaturas da PM estarão equipadas com laptops. Por meio de outro sistema, o Infocrim, policiais civis e militares enxergam todos os boletins de ocorrência registrados na capital, na Grande São Paulo e em sete municípios do interior, ou 70% do total do Estado. Com esse recurso, é possível saber, por exemplo, que metade dos roubos na Avenida Paulista ocorre nas tardes de domingo. O investimento em inteligência é uma das razões da queda da criminalidade no Estado. Ao mapear a incidência criminal, fica mais fácil atacar o problema. Outro sistema disponível em São Paulo é o Ômega. Ele permite rastrear informações em todos os bancos de dados da Secretaria da Segurança Pública.



SINERGIA Em Belo Horizonte, Roberto Neves Silva, da Polícia Civil (à esq.), e Renato Vieira de Souza, comandante da PM, trabalham juntos

Grandes cidades americanas, como Washington e Los Angeles, já instalaram um sistema de localização de tiros chamado "ShotSpotter", que usa ferramentas como o Google Maps e GPS. Em menos de 10 segundos, microfones de alta sensibilidade instalados em pontos estratégicos são capazes de revelar com exatidão o local de um disparo. A ocorrência é transmitida imediatamente à polícia. Redwood, no Estado da Califórnia, foi a primeira cidade a usar o sistema. Nos anos seguintes à instalação, o número de ocorrências com armas de fogo no local caiu 75%. A polícia de Nova York mantém registros até das pessoas que visitaram presos nas cadeias e de indivíduos abordados em batidas de rotina.

IDÉIA 6

Demitir os maus policiais

Um dos trunfos da estratégia colombiana para combater a violência foi limpar a própria polícia. "A Colômbia implantou uma lei que permite a demissão sumária de policiais. Nos últimos anos, a Polícia Nacional demitiu 15 mil

de seus integrantes. Lá não há a estabilidade que existe aqui”, diz o coronel José Vicente. O Rio de Janeiro tem um PM preso a cada 25 horas. São acusados de crimes que vão desde corrupção para não aplicar uma multa no trânsito até homicídios. De acordo com dados da corregedoria, nos três primeiros meses deste ano 84 policiais foram detidos. No ano passado, foram 334 presos. Desde 2004, 571 PMs foram expulsos da corporação. A média, hoje, é de um PM expulso por irregularidades a cada seis dias. A polícia civil prendeu 11 agentes no ano passado e expulsou 16. Os números sugerem que a polícia fluminense pune exemplarmente seus maus policiais, mas a realidade não é bem essa. Em oito anos, desde que foi criada, a Ouvidoria da polícia recebeu 9.740 denúncias, que resultaram em apenas 686 punições. Só 7% dos casos terminaram em ação efetiva. A polícia pune pouco e, quando pune, é mais branda com os oficiais. Enquanto os praças respondem por 94% das punições, somente 4% dos expulsos são graduados. A maior queixa é de extorsão (11%), seguida por abuso de autoridade (8%) e ameaça (7%). “O número de punidos pode parecer pequeno se você comparar com a quantidade de queixas. Mas é preciso investigar com cautela”, diz o secretário de Segurança do Rio, José Mariano Beltrame.

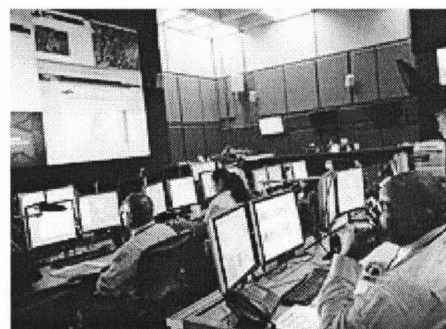
Em média 72% das ocorrências não chegam ao conhecimento das polícias

O Brasil tem 14 ouvidorias de polícia que, teoricamente, funcionariam como o controle externo das forças policiais. As ouvidorias foram criadas para receber denúncias dos cidadãos intimidados em procurar a polícia para denunciar os próprios policiais. “As ouvidorias acabam se transformando em meras repassadoras das queixas, porque não têm poder para investigar”, diz o ex-secretário da Segurança do Rio Luiz Eduardo Soares. O ex-secretário afirma que a Irlanda deu autonomia total a sua ouvidoria no ano 2000 e, com isso, fez uma limpeza na força policial. Lá, o ouvidor é eleito por voto popular e tem poder de juiz: pode expedir mandados de prisão, autorizar quebra de sigilo bancário e fiscal, pedir escutas telefônicas e requisitar perícias. Em dois anos com o novo modelo, o índice de confiança da população na polícia subiu de 25% para 75%. A experiência irlandesa é considerada por especialistas como o mais eficaz instrumento de controle e punição policial do mundo. “É preciso acabar com o corporativismo porque ele só prejudica os policiais honestos”, diz Luiz Eduardo. “Não há tráfico sem a participação e o acobertamento dos policiais. Não podemos nos acostumar a conviver com o intolerável como se fosse a paisagem.”

IDÉIA 7

Reduzir a burocracia

“A Polícia Civil é uma fábrica de papéis, e não de solução de crimes”, diz Guaracy Mingardi, coordenador do Setor de Análise de Informações Criminais do Ministério Público de São Paulo. Segundo Mingardi, um terço dos documentos que constam nos inquéritos policiais é irrelevante. E metade das testemunhas interrogadas nas delegacias não acrescenta informações que possam ajudar no esclarecimento do caso. O inquérito reúne toda a documentação das diligências feitas e depoimentos tomados na apuração de um crime. Além de manter investigadores presos a um caso por mais tempo que o necessário, parte do trabalho policial é repetida durante a fase judicial. Testemunhas são ouvidas novamente em juízo para reafirmar o que disseram à polícia.



TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO
Centro de monitoramento em Nova York, onde a polícia mantém dados até sobre quem é abordado em uma revista de rotina

Em países como Estados Unidos, Itália e França, a polícia trabalha com membros do Judiciário. Isso agiliza todo o processo, até a punição de culpados. Para se adaptar aos moldes internacionais, o Brasil teria de alterar o Código de Processo Penal. Parcerias entre a polícia e o Ministério Público já acontecem no Brasil. Um dos exemplos mais bem-sucedidos é o intercâmbio de informações entre promotores do Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado (Gaeco) e policiais do Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado (Deic). Recentemente, eles conseguiram identificar centenas de contas bancárias movimentadas por mulheres de integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC). Os dados mostraram como as finanças da facção funcionam.

No ano passado foram instaurados 313.457 inquéritos no Estado de São Paulo. Apenas 13% viraram boletins de ocorrência e começaram a ser investigados. Segundo Mingardi, somente 5% dos crimes contra o patrimônio são investigados. São os casos mais graves, como latrocínio, seqüestro e roubo a banco. “O policial poderia fazer apenas um relatório mencionando as informações mais importantes sobre as diligências. Isso é uma questão de costume, não de lei”, afirma.

IDÉIA 8

Implementar a Justiça restaurativa

Países como Canadá, Austrália e Nova Zelândia já adotam um sistema complementar à Justiça tradicional, que se aplica bem a crimes de média gravidade, como pequenos furtos ou estelionatos. Ele se chama Justiça restaurativa. Funciona segundo o princípio da mediação penal entre a vítima e o autor do crime. Pode envolver apenas a devolução do produto de um furto ou a prestação de serviços comunitários para compensar os danos causados. “A Justiça tradicional pune quem viola a lei. A restaurativa prevê o enfrentamento da consequência do crime”, afirma o advogado Leonardo Sica, autor do livro *Justiça Restaurativa e Mediação Penal* e consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) para avaliação do programa no Brasil.

Sica aponta várias vantagens. Primeiro, a rapidez. Segundo, o alívio da carga do Judiciário, pois alguns casos podem ser decididos sem a presença do juiz. “Às vezes, o processo nem chega a ser aberto, porque a exigência da vítima é apenas um pedido de desculpas por parte do autor”, diz Sica. As pesquisas sugerem que ainda há outra vantagem do modelo. Um estudo feito na Austrália mostra que a reincidência entre os julgados pela Justiça restaurativa é 38% menor. Na Nova Zelândia, outra pesquisa afirma que, enquanto 51% dos condenados pela Justiça convencional voltaram a cometer crimes, entre os que passaram pela restaurativa a reincidência ficou em 37%. No Brasil, a Justiça restaurativa funciona experimentalmente no Distrito Federal, s em Porto Alegre e em São Caetano do Sul, no ABC paulista. Ela foi implementada por sugestão do Ministério da Justiça e conta com o apoio do Pnud.

Vem aí o “PAC da segurança”

O governo federal promete lançar, em 9 de agosto, um novo programa para tentar reduzir os índices de violência no país, o Programa Nacional de Segurança com Cidadania. As medidas, ainda em elaboração, estão sendo debatidas em encontros com organizações da sociedade e especialistas. “Não haverá resultados imediatos”, diz o ministro da Justiça, Tarso Genro. No foco inicial do programa estão 45 municípios com os piores indicadores de homicídios do país. Algumas dessas áreas deverão sofrer intervenção da Força de Segurança Nacional para a retomada de territórios dominados por bandidos, exatamente a estratégia usada no Rio de Janeiro.

As medidas incluem desde um piso nacional de salário para a polícia até a reforma do Código Penal. Prevêem a construção de presídios e a instalação de dez laboratórios de tecnologia contra a lavagem de dinheiro nos Estados. A dúvida é de onde sairão os recursos. No primeiro mandato do presidente Lula, a segurança pública foi uma das áreas mais sacrificadas com o corte de orçamentos, apesar de o Brasil estar entre os países mais violentos do mundo. O ministro Tarso Genro afirma que R\$ 200 milhões deverão ser liberados para o Fundo Nacional de Segurança Pública, que hoje tem recursos de apenas R\$ 150 milhões. “Queremos fazer o enlace entre ações policiais e políticas sociais de prevenção. Ficou comprovado que nem uma nem outra resolveram o problema da violência no país”, diz Ronaldo Teixeira, um dos coordenadores do programa. O resultado pode não passar de palavrório. Hoje, o melhor exemplo de combate ao crime vem da ação coordenada pelo governo do Rio de Janeiro.

O plano de metas de Pernambuco

Com o programa Pacto pela Vida, o Estado quer reduzir a taxa de homicídios em 12% ao ano
POR MARCO BAHE

De acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Recife é a quinta cidade mais violenta das Américas. A taxa de homicídios na capital pernambucana é de 67 assassinatos por grupo de 100 mil habitantes, atrás apenas de Caracas, na Venezuela (103), Ciudad de Guatemala (99), El Salvador (90) e Cali, na Colômbia (83). A média brasileira, em 2005, foi de 23,8 por 100 mil habitantes. Enquanto há crimes demais, há punidos de menos. Uma equipe de pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco acompanhou o desfecho de 2.100 assassinatos ocorridos no Recife entre os anos de 2003 e 2004. Até agora, apenas 1,8% desses homicídios foi a julgamento. “De janeiro a maio deste ano, ocorreram 452 homicídios na cidade do Recife. A Polícia Civil investigou e remeteu à Central de Inquéritos do Ministério Público 124 casos de assassinatos. Desses, 77 foram considerados bem fundamentados e transformados em processos. A Justiça julgou 23 casos de homicídio no mesmo período”, diz Eduardo Machado, um dos editores do blog PEbodycount, especializado em segurança pública e que possui um contador de homicídios atualizado diariamente.

Para tirar de Pernambuco a imagem de ter uma das piores polícias do mundo, o governo do Estado lançou em maio um Plano Estadual de Segurança Pública, chamado Pacto pela Vida. Ele foi elaborado pela Secretaria de Defesa Social, que contou com a colaboração de ONGs, empresários, jornalistas, policiais e outros representantes da sociedade civil. O resultado está em um documento de mais de 200 páginas, recheadas de metas e ações, que abrange desde a qualificação do profissional de polícia até a melhoria de espaços urbanos em áreas violentas, passando pelo

reordenamento da gestão do aparato policial. Um número, porém, simboliza o caráter prático do plano: reduzir em 12% o número de homicídios em Pernambuco.

O Recife tem 67 assassinatos para cada 100 mil habitantes, quase três vezes a média brasileira

com definição de atribuições e metas.” Como isso vai funcionar? O plano propõe seis “Linhas de Ação”, incluindo a formação e a capacitação dos agentes e prevenção social do crime. Alguns dos programas têm nomes que lembram o palavreado das forças policiais, como “Pronta Resposta Eficiente”, que consiste em “aprimorar e racionalizar os mecanismos (...) por meio de monitoramento eletrônico em áreas de risco”. Mas o plano também toca em questões de execução complicada, como a integração entre as polícias Militar e Civil, com a criação do Comitê de Gestão Integrada das polícias Militar e Civil de Pernambuco. Outra novidade é a promessa de controle externo das polícias.

Para que a idéia dê resultado, diz Ratton, é preciso que os setores mais modernos da polícia se comprometam. Os Delegados pela Cidadania, nome de uma ONG criada para melhorar a atividade policial, estão engajados. “Diante da criminalidade com que nos deparamos, a polícia tem muito que melhorar seu desempenho. Precisa de uma gestão administrativa, orçamentária e operacional mais eficaz”, diz o delegado Ademir Oliveira, presidente da ONG.

"Cidades só crescem sem crime"

José Alexandre Scheinkman, economista de Princeton, explica a relação entre segurança e prosperidade

CONTRIBUIÇÃO
A economia ajuda a combater o crime, diz Scheinkman

ÉPOCA – O senhor participa nesta semana de um seminário nos EUA sobre “um novo repertório de estratégias ante o crime e a violência na América Latina”, organizado pelo Instituto Fernando Henrique Cardoso e pela Universidade Harvard. Como o pensamento econômico pode ser útil no combate ao crime?

José Alexandre Scheinkman – Uma das contribuições que os economistas trouxeram são novas técnicas estatísticas importantes para entender as forças que podem reduzir a criminalidade. Hoje está estabelecido o fato de os criminosos serem sensíveis à probabilidade de punição. O economista Gary Becker, da Universidade de Chicago, foi o primeiro a falar no criminoso como alguém que toma decisões levando em conta os ganhos e os riscos. Esse não é o único fator que explica a variação nos índices de criminalidade, mas tem se revelado uma linha de pesquisa muito frutífera.

ÉPOCA – Como aplicar isso ao Brasil?

Scheinkman – No caso brasileiro, uma constatação óbvia é que o crime não é punido. No Rio, a taxa de elucidação de homicídios é baixíssima: menos de 3%. Praticamente ninguém é condenado se não for pego em flagrante. Nos EUA, em 65% dos homicídios pelo menos um dos acusados é levado a julgamento. Se a polícia fluminense tivesse metade da eficácia da americana, a taxa de homicídio provavelmente cairia quase 40%. A polícia brasileira só vai melhorar quando o governo agir.

ÉPOCA – Que outras contribuições a economia pode dar?

Scheinkman – Para Edward Glaeser, professor em Harvard e o grande especialista americano na questão urbana, o controle da criminalidade hoje é essencial para uma cidade prosperar. As cidades que não conseguem controlar o crime não conseguem crescer. Isso tem a ver com a mudança do papel dos centros urbanos. No passado, a cidade era um local onde se aglomerava a produção. Era preciso estar perto do lugar onde se compravam insumos. São Paulo era assim, Nova York era assim, Paris era assim. Isso não existe mais, porque o custo do transporte caiu muito, e a produção está descentralizada. Por que Nova York prosperou? Primeiro, porque lá se produzem coisas que demandam capital humano e que exigem pessoas próximas umas das outras, como finanças, medicina ou propaganda. Segundo, porque gente educada quer viver num lugar com muitos serviços culturais, de entretenimento etc. Se você não resolve o problema da criminalidade, evidentemente não pode fazer isso. Uma das razões por que Nova York funciona bem é ser uma cidade muito segura.